



**INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO UNIDADE CENTRO**

**PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**GOIÂNIA 2021**

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO – UNIDADE CENTRO .....	5
2. APRESENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA .....	5
3. HISTÓRICO.....	8
4. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO – UNIDADE CENTRO .....	10
4.1 Dos espaços: .....	10
4.2 Os recursos humanos.....	12
4.3 - Organograma .....	17
4.5 Acervo bibliográfico.....	18
5. MARCO SITUACIONAL.....	18
5.2 Os princípios norteadores da Educação Básica .....	18
5.3 A estrutura da Educação Básica.....	19
5.4 A Educação Básica e as competências no contexto da BNCC .....	20
5.5 Objetivos, finalidades e princípios da proposta político pedagógica e da Educação Básica .....	22
5.5.1 Dos objetivos da Educação Infantil.....	23
5.5.2 Objetivos gerais do Ensino Fundamental .....	24
5.6 Dos princípios da Proposta Político Pedagógica na Educação Infantil.....	25
5.7 Dos princípios do trabalho no Ensino Fundamental.....	25
6. MARCO CONCEITUAL .....	26
6.1 Referencial teórico do trabalho no Instituto Presbiteriano de Educação.....	26
6.2 Concepções que perpassam o trabalho no IPE – Unidade Centro.....	27
6.2.1 Concepção de Educação.....	27
6.2.2 Concepção de Sociedade.....	27
6.2.3 Concepção de Currículo .....	28
6.2.4 Concepção de criança .....	29
7. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	29
7.1 A organização curricular do Ensino Fundamental .....	30
7.2 A organização curricular do Ensino Fundamental a partir da BNCC .....	30
7.3 Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades na BNCC.....	31
7.4 O ciclo de alfabetização e letramento .....	32

7.5 Sobre as áreas de conhecimento .....	35
7.5.1- Linguagens e suas tecnologias .....	35
7.5.1.1 Arte .....	35
7.5.1. 2 Educação Física .....	36
7.5.1. 3 Língua Portuguesa.....	36
7.5.1. 4 Língua Inglesa .....	37
7.6 Competências específicas de linguagens para o Ensino Fundamental (Fonte: BNCC, 2017, p.63.).....	38
7.2 - Matemática e suas tecnologias.....	39
7.2.1 Competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental.....	39
7.3 - A área das Ciências da Natureza .....	40
7.3.1 Competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental ...	41
7.4 - A área das Ciências Humanas .....	42
7.4.1 Componente Curricular Geografia .....	43
7.4.2 Componente Curricular História.....	43
7.5 Competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental: .....	43
7.6 Orientações complementares para o Ensino Fundamental .....	44
8. AS METODOLOGIAS ATIVAS NO TRABALHO COM AS CRIANÇAS/ALUNOS .....	45
9. A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	46
10. O CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	48
10.1 As finalidades do Conselho de Classe.....	49
11. AS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	50
12. A RECUPERAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	51
12.1 A recuperação anual no Ensino Fundamental .....	52
13. O APROVEITAMENTO DOS ESTUDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	53
14. O AVANÇO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	53
15. A ACELERAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	53
16. A CLASSIFICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	54
17. A RECLASSIFICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	54
18. A PROGRESSÃO PARCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	55
19. TEMAS CONTEMPORÂNEOS E DIVERSIDADES.....	56
20. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	57
20.1 Os campos de experiências no contexto da BNCC .....	60
20.2 Vivências e experiências no contexto dos campos de experiências.....	61

20.2.1 Princípios da experiência.....	62
20.3 Aprendizagens essenciais: os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento .....	62
21. AS INTERAÇÕES E AS BRINCADEIRAS COMO EIXO DO TRABALHO COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	63
22. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR A PARTIR DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS...	64
23. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E OS OBJETIVOS POR FAIXA ETÁRIA .....	69
24. O PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	85
24.1 Características da avaliação qualitativa.....	86
24.2 Consequências da avaliação qualitativa .....	86
25. O CONSELHO DOS AGRUPAMENTOS.....	89
26. A MATRÍCULA, A FREQUÊNCIA E A TRANSFERÊNCIA DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	90
27. O TEMPO E O ESPAÇO NO TRABALHO COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	91
28. DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO .....	92
28.1 Instituição residencial para instituição educacional .....	92
28.2 Da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.....	92
29. O ATENDIMENTO EM JORNADA INTEGRAL.....	93
30. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO IPE – UNIDADE CENTRO .....	94
31. OS TEMAS RELEVANTES.....	98
31.1 O combate ao bullying .....	99
31.2 O Estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula: A implementação da Lei 11.645/08.....	101
31.3 Da valorização do idoso.....	101
32. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES ...	102
32.1 - As reuniões pedagógicas e de planejamento .....	102
32.2 A formação continuada dos profissionais .....	103
32.3 A reunião com as famílias.....	104
32.4 A Avaliação da Proposta Político Pedagógica .....	104
32.5 A avaliação institucional.....	105
32.6 Calendário Escolar 2021.....	105
33 Protocolo de reinício das atividades 2021.....	105
REFERÊNCIAS .....	110

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO – UNIDADE CENTRO

**Mantenedora:** Associação Presbiteriana Abrão Berberian - APAB

**Nome Fantasia:** Instituto Presbiteriano de Educação – IPE Centro

**Endereço:** Rua 68, Quadra 109, Lote 11, N. 95, Centro - Goiânia, Goiás, CEP 74055-100

**Telefone:** (62) 31105559    **E-mail:** ipecentro@ipeonline.com.br

**Representante legal:** Cleiber Márcio Mendes Teixeira e Eloi Bezerra de Castro Neto

**Diretora Pedagógica:** Mércia Maria Lelis de Freitas Machado

**Secretária Geral:** Bárbara Fátima de Oliveira

**CNPJ:** N. 01.662.691/0001-51

**Início de funcionamento:** 2021

**Etapas de ensino ministrado no IPE Centro:**

( X ) Educação Infantil – Creche de 2 e 3 anos (parcial e futuramente integral)

(X) Educação Infantil – Pré-escola de 4 e 5 anos (parcial e futuramente integral)

(X) Anos Iniciais do Ensino Fundamental – do 1º ao 5º ano (parcial e futuramente integral)

( X ) Anos Finais do Ensino Fundamental – do 6º ao 9º ano (parcial, a ser implantado gradativamente)

**Horário de Funcionamento:**

Educação Infantil – Matutino/ Vespertino

Anos Iniciais Ensino Fundamental - Matutino

Anos Finais Ensino Fundamental - Matutino.

## 2. APRESENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Uma Proposta Político Pedagógica (PPP) é um documento que se situa em um determinado contexto histórico e social, onde são compartilhados desejos, crenças, valores e concepções que precisa estar em constante processo de avaliação, é um documento marcado pela intencionalidade, mas também pela provisoriedade de suas metas, de seus

objetivos, de suas formas de organização e de suas ações. Se constitui em um instrumento de trabalho em constante reflexão sobre a prática cotidiana e os anseios educativos dos diferentes sujeitos envolvidos no processo.

Atentos ao artigo 12 da Resolução CEE N. 03/2018, consideramos que a PPP constitui-se no documento-base que caracteriza a identidade institucional, distingue sua maneira de ser e agir, estabelece as políticas educacionais e administrativas, assumindo a função de compromisso institucional que a mantenedora e a escola assumem com os alunos, as famílias e a comunidade, na busca da qualidade em todas as ações pedagógicas planejadas e executadas pela escola, visando ao acolhimento, a permanência e o sucesso do aluno no processo de desenvolvimento, de ensino e de aprendizagem.

O Instituto Presbiteriano de Educação (IPE) – Unidade Centro, de caráter privada e confessional, atende a Educação Infantil, em jornada parcial ou integral, em agrupamentos de crianças de 2 e 5 anos de idade e o Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano, também em jornada parcial ou integral a ser implantado e os Anos Finais do 6º ao 9º ano em jornada parcial a ser implantado de forma gradativa, de acordo com a demanda, atendendo crianças/educandos de várias regiões de Goiânia. Possui em seu quadro, profissionais habilitados e competentes para desenvolver uma educação voltada para a formação humana, cristã e cidadã.

Antenados à realidade educacional, e por acreditar que, coletivamente e de forma intencional é possível projetar ações que viabilizem, de forma assertiva, toda a organização didática pedagógica para o trabalho, o grupo da instituição em pauta, se empenhou para elaborar essa Proposta Político Pedagógica, que será reorganizada e reescrita a cada ano ou sempre que se fizer necessário.

No viés da formação humana, cristã e cidadã e, ancorados na legislação nacional e local, concordamos que compete ao coletivo educacional da nossa instituição, elaborar e executar uma Proposta Político Pedagógica, que assegure a criança e ao educando a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e oferecer-lhe meios que possibilitem o acesso e a progressão em estudos posteriores. (LDB N°9394/96)

A equipe do IPE – Unidade Centro se compromete a elaborar e executar uma proposta pedagógica que estabeleçam princípios de uma gestão dialogada, que se atente a uma escuta sensível às propostas e parceria da comunidade educacional a qual se insere.

Para a elaboração dessa proposta foram realizadas reuniões virtuais e presenciais (pequenos grupos), com a participação ativa da equipe administrativa e pedagógica. Para 2021 a equipe diretiva da instituição em tela, ampliará as discussões apontadas neste documento, assim que estiver com seu quadro profissional definido.

Essa Proposta Pedagógica contém, em linhas gerais, os princípios fundamentais que nortearão o processo de caminhada, no entendimento que, uma PPP é uma busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho pedagógico de uma instituição educativa que necessita exercitar diálogo constante com a realidade, observando sempre o que se tem o que se deseja alcançar, quais são as dificuldades vivenciadas e quais são as propostas de superação/intervenção.

A PPP apresenta a educação cristã e o processo de produção de conhecimento como meta principal, com foco e centralidade na criança/educando, onde professores e comunidade educacional dialogam, buscando maior parceria e interação, para que juntos construam ações para uma atuação pedagógica mais criativa, participativa, dinâmica e compartilhada. Esse documento foi pensado e elaborado de forma dialogada, inclusive com profissionais de outras unidades IPE, visando traçar diretrizes para tornar real toda ação educativa idealizada e construída segundo normativas dos órgãos competentes.

No exercício de elaboração dessa proposta, buscou-se respaldo na Diretriz Curricular Nacional para a Educação Básica, na Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil, na Resolução N.120/2016 do Conselho Municipal de Educação de Goiânia, na Resolução do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás N.03/2018, na Base Nacional Comum Curricular (2017), no Documento Curricular de Goiás e Documento Curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Goiânia, que tratam da educação de crianças, compreendendo-as como sujeito sócio histórico e cultural e de direitos, que, nas interações, relações, vivências e práticas cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva, aprende brinca, imagina, deseja, observa, experimenta, narra, questiona e constrói significados e sentidos sobre a natureza e a sociedade, apropriando e produzindo cultura e conhecimentos.

A instituição em pauta pretende futuramente implantar o ensino bilíngue, nos idiomas Língua Portuguesa, primeira língua e Língua Inglesa, entendendo que a educação bilíngue se caracteriza pela inserção natural do idioma estrangeiro na vida da criança.

Acreditamos que uma das principais qualidades do ensino bilíngue é a interdisciplinaridade. A ampliação do atendimento será de forma gradativa.

Para o início das atividades educacionais de 2021, o Instituto Presbiteriano de Educação se organizou, para atender todos os Protocolos da Saúde e da Educação, para atender de forma presencial e escalonada as/os crianças/alunos. Será utilizado também o ensino híbrido e/ou remoto caso necessário. Independente do atendimento presencial ou remoto, todos os profissionais utilizarão de metodologias ativas, das multimídias e de todos os recursos tecnológicos para a garantia da qualidade educacional.

### **3. HISTÓRICO**

O Instituto Presbiteriano de Educação – nasceu de um sonho de três mulheres evangélicas. Professora Gilda, Martha e Sebastiana, que foram apoiadas pelo pastor da 1ª Igreja Presbiteriana de Goiânia, Reverendo Wilson de Castro, confiados em provérbios 22:06. “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho não se desviará dele”.

A árvore nativa Ipê, símbolo nacional, foi escolhida como símbolo do Instituto Presbiteriano de educação – IPE.

A ata de fundação foi em setembro de 1951, seu registro oficial em 15 de março de 1952 na avenida Santos Dumont (rua 68) nº 95 setor central Goiânia-Go, onde funciona a Unidade I – Centro.

Hoje, ano de 2020, completando 69 anos, o IPE funciona em três unidades – Unidade I Setor Central na rua 68; Unidade II - Setor Bueno na avenida T1 nº 1008 e Unidade III na cidade de Trindade – Av. Anjo Luiz da Silva, qd.23 t.25-34 Setor Samarah – Trindade.

O IPE é uma escola de educação básica que foi criada para oferecer à comunidade uma alternativa educacional cristã, comprometida com a excelência acadêmica e uma práxis norteada pelas verdades da Palavra de Deus, com a finalidade de proporcionar as crianças/alunos o conhecimento pessoal de Cristo e o desenvolvimento de um concepção cristã.

O IPE é uma entidade de confissão evangélica reformada, mantida pela Associação Presbiteriana Abrão Berberian - APAB. Nossa filosofia educacional é, primeiramente,

fundamentada no reconhecimento de que Deus é o criador e o sustentador de todas as coisas (Gênesis 1 e 2; Salmo 8).

Acreditamos que ensinar só faz sentido por meio de uma educação cristã, tendo o Filho de Deus como modelo e referencial de vida, o nosso aluno poderá desenvolver todas as potencialidades humanas para as quais Deus o criou.

Estamos convictos que Deus estabeleceu a família e deu aos pais a responsabilidade de educar os filhos. O IPE não existe para substituir a família, assumindo a sua função, mas para dar-lhe suporte e auxiliá-la na árdua tarefa de formação do caráter dos seus filhos.

Nesta parceria com a família, o IPE busca também a excelência acadêmica e a integração de todos os componentes curriculares e/ou áreas do conhecimento com a fé cristã, dando ao aluno uma sólida formação que será o referencial norteador de suas interações com outros seres humanos e esferas de sua vida. Nosso desafio, portando, é estabelecer parcerias com as famílias, na árdua tarefa de educar a criança e o adolescente para que cumpram o propósito de honrar e glorificar a Deus e os seus mandamentos.

O IPE é uma Escola Presbiteriana que tem por base da sua declaração de fé os documentos históricos e doutrinários aceitos pela Igreja Presbiteriana do Brasil: a Confissão de Fé de Westminster e seus catecismos, o Maior e o Breve.

Ao longo de seu funcionamento a equipe diretiva do IPE organiza seu trabalho com objetivos nas dimensões:

- **Espiritual;**
- **Ético valorativa;**
- **Pessoal;**
- **Social;**
- **Cognitiva e de,**
- **Cooperação com a família.**

Toda a produção acadêmica-cristã da notável educadora Ruth C. Haycock nos deixou um grande legado, suas ideias e proposições nos ajudam a compreender melhor sobre a amplitude da obra de educar em Cristo. Trabalhar uma proposta com princípios cristãos desde a Educação Infantil constitui-se num primeiro passo para oferecer uma educação de excelente qualidade acadêmica e, principalmente, promover e qualificar a integração dos conteúdos bíblicos com os conteúdos acadêmicos. Cremos que este é o

caminho para formação de uma mentalidade cristã que resultará em um estilo de vida que manifeste o amor, o poder de Deus para um mundo. Esta proposta tem seus fundamentos firmados na Bíblia, na Declaração de Fé e no Marco Filosófico Cristão da nossa instituição.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO – UNIDADE CENTRO**

O prédio, de três pavimentos, é de propriedade da Associação Presbiteriana Abrão Berberian - APAB, foi construído para atender a finalidade educacional. No pavimento térreo funcionará a sala das crianças da Educação Infantil de dois e três anos e toda a estrutura administrativa. No segundo pavimento, com cinco salas de aula, funcionarão os agrupamentos da Educação Infantil de quatro e cinco anos e o Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano. No terceiro pavimento com seis salas de aula, funcionará o Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano.

##### **4.1 Dos espaços:**

SALA DE DIREÇÃO Dimensão: 8,04 m<sup>2</sup> Ar condicionado, computador, armário, mesa/cadeira.

SALA DE SECRETARIA Dimensão: 20,06 m<sup>2</sup> - Ar condicionado, computador, mesa/cadeira, impressora, armário.

SALA DE COORDENAÇÃO Dimensão: 6,56 m<sup>2</sup> Ar condicionado, computador, armário, mesa/cadeira.

SALA DOS PROFESSORES Dimensão: 82,73 m<sup>2</sup> Jogo de sofá, mesa de centro, ar condicionado, TV, armário, mesa c/ cadeiras.

SALA DE REUNIÃO/MINI AUDITÓRIO Dimensão: 80,50 m<sup>2</sup> Ar condicionado, TV, Datashow, mesa/cadeiras.

SALA DE LEITURA/BIBLIOTECA - Dimensão: 80,50 m<sup>2</sup> Prateleiras, livros, TV, ar condicionado, computadores.

SALA 01 Dimensão: 82,32 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, mesas com cadeiras para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 02 Dimensão: 33,22 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, mesas com cadeiras para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 03 Dimensão: 34,04 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, mesas com cadeiras para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário

SALA 04 Dimensão: 33,95 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 05 Dimensão: 33,21 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 06 Dimensão: 33,21 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 07 Dimensão: 33,95 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 08 Dimensão: 34,04 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 09 Dimensão: 43,85 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 10 Dimensão: 33,21 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 11 Dimensão: 33,21 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SALA 12 Dimensão: 82,73 m<sup>2</sup> Sala equipada com ar condicionado, TV, Datashow, Sistema de câmeras, conjunto de carteira para alunos, conjunto de mesa e cadeira para professor, armário.

SANITÁRIO FEMININO (Térreo) Dimensão: 21,59 m<sup>2</sup>

SANITÁRIO FEMININO na sala de 02 e 03 anos - Dimensão: 2,90 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso sanitário

SANITÁRIO FEMININO - PNE – no pátio coberto - Dimensão: 4,14 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso sanitário.

SANITÁRIO FEMININO com 3 boxes (1º andar) Dimensão: 10,80 m<sup>2</sup>

SANITÁRIO FEMININO (2º andar) Dimensão: 10,80 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso sanitário, mictório.

SANITÁRIO MASCULINO (Térreo) Dimensão: 16,97 m<sup>2</sup>.

SANITÁRIO MASCULINO na sala de 02 e 03 anos - Dimensão: 2,90 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso sanitário.

SANITÁRIO MASCULINO - PNE – localizado no pátio coberto, pavimento térreo - Dimensão: 3,57 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso sanitário e mictório

SANITÁRIO MASCULINO com 2 boxes e 1 mictório (1º andar) Dimensão: 10,34 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso sanitário e mictório.

SANITÁRIO MASCULINO (2º andar) Dimensão: 10,34 m<sup>2</sup> Lavatório, vaso

CANTINA Dimensão: 27,86 m<sup>2</sup> - Armário, frizer, fogão, pia, geladeira.

ELEVADOR Dimensão: 3,75 m<sup>2</sup>

QUADRA POLIESPORTIVA MULTI USO - Dimensão: 368,74 m<sup>2</sup>

PÁTIO DESCOBERTO/ PARQUE INFANTIL - Dimensão: 212,94 m<sup>2</sup>

PÁTIO COBERTO - Dimensão: 210,69 m<sup>2</sup>

O prédio escolar atende todas as exigências legais para o atendimento de crianças e adolescentes. Foi totalmente reformado e modernizado para esse atendimento, inclusive em equipamentos e mobiliário.

## 4.2 Os recursos humanos

O quadro profissional do Instituto Presbiteriano de Educação – Unidade Centro, é composto por profissionais capacitados e com formação que atende a legislação.

**QUADRO PROFISSIONAL DA EQUIPE DIRETIVA**

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Tânia Calazans da Silva	Diretora Geral	Licenciatura em Pedagogia, Administração Escolar, Psicopedagogia, Fundamentos Cristãos na Educação
Mércia Maria Lelis de Freitas Machado	Diretora Pedagógica	Licenciatura em Pedagogia, Bacharel em Teologia.
Adailza Freire de Andrade Vieira	Coordenadora Educação Infantil	Licenciatura em Pedagogia
Bárbara Fátima de Oliveira	Secretária	Graduação em Tecnologia em Segurança Pública

**QUADRO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nome	Função	Formação	Turno	Grupo de crianças	Vínculo empregatício
Márcia Regina Ramos dos Santos	Professora	Licenciatura em Pedagogia / Especialista Educação Infantil, Alfabetização e Letramento	Vespertino	2 e 3 anos	CTPS
Mariana Macedo de Abreu	Professora	Licenciatura em Pedagogia	Vespertino	4 anos	CTPS
Erica Gonçalves Lacerda	Professora	Licenciatura em Pedagogia	Matutino	5 anos	CTPS

Jannett Ribeiro Bastos Sousa	Professora	Licenciatura em Pedagogia	Vespertino	5 anos	CTPS
Jessé Rodrigues de Morais Bezerra	Professor de Educação Física	Licenciado em Educação Física/Pós-Graduação em Movimento Humano	Matutino Vespertino	Todos	CTPS
Alessandra Nogueira de Castro	Professora de Inglês	Licenciatura em Letras	Matutino Vespertino	Todos	CTPS
Éder Pereira Machado	Professor Ensino Religioso	Licenciatura em Pedagogia/Teologia	Matutino vespertino	Todos	CTPS
Moriane de Oliveira Lima Anjos	Professora de Música	Licenciatura em Música/ Pós Graduação em Docência Superior/ Musicalização	Matutino Vespertino	Todos	CTPS
Léia Alice Taveira Chripim	Assistente Pedagógico	Cursando 8º período Pedagogia	Matutino Vespertino	Todos	CTPS
Lorrayne Cristine Duarte Ferraz	Assistente Pedagógico	Licenciatura em Pedagogia	Matutino Vespertino	Todos	CTPS
Suzane Maciel De Oliveira	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Matutino Vespertino	Todos	CTPS

Jennifer Oliveira Souza	Auxiliar de serviços gerais	de	Ensino Médio Completo	Matutino Vespertino	Todos	CTPS
Miriam Magalhães Vieira	Auxiliar de cozinha	de	Ensino Médio Completo	Matutino Vespertino	Todos	CTPS

### QUADRO DE COMPATIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sala	Agrupamento	Dimensão da sala	Quant. De crianças	Compatibilidade em m <sup>2</sup>	Turno
3	5 anos	31.04m <sup>2</sup>	06	5.17m <sup>2</sup>	Matutino
1	2 e 3 anos	82.32m <sup>2</sup>	13	6.33m <sup>2</sup>	Vespertino
2	4 anos	33.22m <sup>2</sup>	08	4.15m <sup>2</sup>	Vespertino
3	5 anos	34.04m <sup>2</sup>	04	8.51m <sup>2</sup>	Vespertino

**Obs:** Em 2021 foi disponibilizado atendimento em jornada integral mas ainda não houve a demanda.

### QUADRO PROFISSIONAL - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nome do professor	Formação	Turma	Turno	Componente Curricular
Liliane Fernandes da Costa	Licenciatura em Pedagogia	1º ano	Matutino	Todos
Rebeca Vilela Pacheco Mendes	Licenciatura em Pedagogia	2º Ano	Matutino	Todos
Vanessa Albernaz Cabral	Licenciatura em Pedagogia	3º Ano	Matutino	Todos

Ligia Marques Duarte	Licenciatura em Pedagogia	4º ano	Matutino	Todos
Inês Santana	Complementação Pedagogia Bacharela em História	5º ano	Matutino	Todos
André Vilson Barroso	Bacharel em Educação Física	1º ao 5º Ano	Matutino	Educação Física
Alessandra Nogueira de Castro	Licenciatura em Letras	1º ao 5º Ano	Matutino	Língua Inglesa
Mércia Maria Lelis de Freitas Machado	Licenciatura em Pedagogia, Bacharel em Teologia.	1º ao 5º Ano	Matutino	Ensino Religioso

### Quadro de Compatibilidade Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Salas	Dimensão	Capacidade Física da sala	Nº de alunos Matriculados	Turma	Turno	Compatibilidade
4	33,95m <sup>2</sup>	26	10	1º A	Matutino	3.14m <sup>2</sup>
5	33,21m <sup>2</sup>	25	12	2º A	Matutino	2.55m <sup>2</sup>
3	33,21m <sup>2</sup>	25	06	3º A	Matutino	5.11m <sup>2</sup>
7	33,95m <sup>2</sup>	26	08	4º A	Matutino	6.29m <sup>2</sup>
8	34,04m <sup>2</sup>	26	04	5º A	Matutino	7.88m <sup>2</sup>

### 4.3 - Organograma



### 4.4 Recursos de Multimídias

- Sala de reuniões e a sala de professores são equipadas com TV, internet e ar condicionado;
- Secretária com 1 computador;

- Sala da coordenação com 1 computador;
- Câmera fotográfica;
- Filmadora.

#### **4.5 Acervo bibliográfico**

Biblioteca Digital Mundial com mais de 180 mil títulos.

Biblioteca Brasileira com acervo de 3.500 itens.

### **5. MARCO SITUACIONAL**

A finalidade precípua e exclusiva dos processos de escolarização e das ações pedagógicas da educação básica e da escola, em particular, em todas as etapas e modalidades, é a aprendizagem eficaz e eficiente: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, sendo todas os demais procedimentos, processos e providências meios para alcançar esta finalidade didático-pedagógica educativa. Cada etapa da educação básica e cada ano é definida por objetivos intencionais específicos que orientam metodologias e ações pedagógicas a serem realizadas, a fim de que o aluno adquira competências, com conhecimentos, habilidades, atitudes e valores desejados.

#### **5.2 Os princípios norteadores da Educação Básica**

O ensino no Instituto Presbiteriano de Educação – Unidade Centro, será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade e equidade de condições e oportunidades para o acesso, a permanência, a participação, a inclusão e o êxito na escola;
- II - Reconhecimento, resguardo e promoção da dignidade da pessoa humana;
- III - Acolhimento, respeito e promoção da diversidade humana em todas as suas formas;
- IV - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, o conhecimento, o saber, a sabedoria e a arte, almejando os mais altos valores da humanidade;

V - Pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas, sob a égide dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito;

VI - Valorização dos profissionais da educação mediante remuneração condigna, condições adequadas de trabalho, planos de carreira, condições de formação e aperfeiçoamento;

VII - Gestão democrática;

VIII - Liberdade de criação e atuação das entidades estudantis;

IX - Corresponsabilidade e interação constante com a família;

X - Competência, eficiência e eficácia na gestão institucional dos espaços e processos educativos;

XI - Garantia do padrão de qualidade.

A instituição, por ser uma entidade confessional evangélica, mantida pela 1ª Igreja Presbiteriana de Goiânia, trabalha também com o princípio cristão em todas as programações anuais, porém sabemos e respeitamos a diversidade religiosa da nossa comunidade educacional.

### **5.3 A estrutura da Educação Básica**

Estruturada em três etapas de escolarização formal, a Educação Básica corresponde a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento etário, psíquico e social do educando: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, formando um sistema de escolarização orgânico, interligado e integrado.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui-se em direito da criança de até 5 (cinco) anos de idade, a quem o Estado tem o dever de atender, complementando a ação da família e da comunidade; oferecida em:

- creche: crianças de até 3 (três) anos de idade;
- pré-escola: crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

O Ensino Fundamental é etapa intermediária, composta de nove anos letivos, se iniciando aos 6 (seis) anos de idade. Estruturalmente subdividido em Anos Iniciais do 1º ao 5º ano e Anos Finais do 6º ao 9º ano.

A Educação Especial perpassa toda a educação básica em suas etapas e modalidades para atender aos educandos com deficiência, com transtornos Globais do Desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

#### **5.4 A Educação Básica e as competências no contexto da BNCC**

Em consonância com a BNCC e o Documento Curricular de Goiás para a Educação Básica, a equipe do IPE – Unidade Central, trabalhará com as crianças/alunos com vistas a desenvolver as seguintes competências, em todas as etapas da Educação básica, sendo:

1 - Conhecimento – valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos para intervir positivamente na sociedade, sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2- Pensamento científico, crítico e criativo – exercitar o pensamento científico crítico e a criatividade para investigar causas, hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções. Exercitar a curiosidade intelectual própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3 – Repertório cultural – desenvolver senso estético e repertório para reconhecer, valorizar e fruir as manifestações artísticas e culturais bem como participar de práticas da diversidade de produção artístico cultural. Valorizar e fluir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas culturais diversificadas.

4 – Comunicação – utilizar as linguagens verbal (oral ou visual-motora, verbo visual, corporal, multimodal, artísticas, matemática, científica, tecnológica, sonora e digital para expressar-se, partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentido que leve ao entendimento mútuo.

5 – Cultura digital – utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas práticas do cotidiano, para produzir conhecimentos e resolver problemas.

6- Autogestão – entender o mundo do trabalho e planejar seu projeto de vida pessoal, profissional e social, para fazer escolhas em relação ao seu futuro, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Valorizar a diversidade de saberes e vivências e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho.

7 – Argumentação – argumentar com base em fatos, dados, e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8 - Autoconhecimento e autocuidado – conhecer-se, apreciar-se, reconhecer suas emoções e as dos outros, ter autocrítica para cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo a diversidade humana e lidar com as pressões emocionais e do grupo.

9 – Empatia e cooperação – exercitar a empatia e o diálogo, a resolução de conflitos e cooperação, para fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolher e valorizar a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceito de qualquer natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade, com a qual deve se comprometer.

10 – Autonomia e responsabilidade e cidadania – agir pessoal e coletivamente, com autonomia e responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação para tomar decisões, seguindo os princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Essas 10 (dez) competências gerais para a Educação Básica expressam uma concepção de educação integral, em que todas as dimensões que compõem o sujeito – expressivo-motora, afetiva, linguística, ética, estética e sociocultural (Brasil, 2009) – são desenvolvidas ao longo do seu percurso educacional.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, no pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Não existem sobreposições sobre as competências. Todas elas estão entrelaçadas com a finalidade de desenvolver as habilidades previstas para cada faixa etária ou ano.

Todas essas competências fazem parte das discussões do dia a dia na instituição, efetivá-las no cotidiano colabora com o exercício pleno de cidadania e respeito ao próximo. Além das competências gerais, cada componente curricular na BNCC tem suas competências específicas.

## **5.5 Objetivos, finalidades e princípios da Proposta Político Pedagógica e da Educação Básica**

O principal objetivo dessa Proposta Político Pedagógica é promover o desenvolvimento integral das crianças e dos alunos, garantindo lhes o acesso a processos de produção do conhecimento e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência e interação entre os sujeitos. Assim sendo, pensamos uma educação que possibilita, no processo de produção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e da criança e sua inserção no ambiente social.

Os objetivos e as habilidades elencados nessa PPP, sinalizam a forma do trabalho pedagógico a ser realizado na nossa instituição, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, consideramos as interações como fundamentais no processo de produção do conhecimento das crianças/alunos, com vista a:

- Promover a formação humana de forma holística, aliando dialeticamente a dimensão científica, social, cultural e política do aluno;
- Proporcionar ao aluno a construção ativa de relações interpessoais em diferentes ambientes de produção do conhecimento;
- Conhecer e valorizar a pluralidade sociocultural do nosso país, bem como de outros povos e nações, formando uma postura contra qualquer tipo de preconceito e discriminação cultural, social, de etnia, crenças, de gênero, dentre outros;
- Socializar o conhecimento científico historicamente construído de maneira contextualizada e reflexiva, visando uma postura de transformação da realidade social;

- Instigar o desenvolvimento da criticidade, a partir do debate reflexivo das questões sociais, como instrumento de superação da passividade;
- Valorizar o conhecimento social e história de vida do aluno utilizando-o como ponto de partida para o trabalho pedagógico;
- Proporcionar aos professores embasamento teórico-prático, por meio da formação continuada, para a organização e realização do trabalho pedagógico voltado ao atendimento da real necessidade do aluno.

### **5.5.1 Dos objetivos da Educação Infantil**

Consonantes com o Art. 12 da Resolução CME/2016 compreendemos que a Educação Infantil tem por objetivos:

- I - proporcionar as condições adequadas ao bem estar da criança, sua educação, proteção e cuidado, observando o seu desenvolvimento nos aspectos físico, motor, social, cognitivo, afetivo, linguístico, ético e estético;
- II - promover situações de aprendizagens significativas e intencionais, que possibilitem a apropriação, a renovação e a articulação de conhecimentos e a ampliação das formas de expressão cultural e artística pela criança;
- III - possibilitar à criança vivências e experiências que a levem a estabelecer e ampliar suas relações sociais, articulando seus interesses e pontos de vista com os dos demais, de modo que seja respeitada a diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa;
- IV - possibilitar à criança o reconhecimento das contribuições histórico-culturais afro-brasileiras e indígenas, asiáticas, europeias e de outros países da América, para a constituição de sua identidade;
- V - estimular a criança a observar, explorar, interagir e a se perceber no ambiente em que vive, com atitude curiosa e consequente, para que possa ampliar suas experiências e seus conhecimentos sobre si e o mundo;
- VI - possibilitar às crianças experiências narrativas, de apreciação e interação com a linguagem verbal, oral e escrita, e não-verbal, por meio do contato com diferentes suportes e gêneros textuais, articulados às múltiplas linguagens;

VII - recriar, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas, dimensões e orientações relativas ao espaço e ao tempo;

VIII - proporcionar a interação das crianças com diversificadas expressões que envolvam a música, as artes plásticas e gráficas, o cinema, a fotografia, a dança, o teatro e a literatura;

IX - possibilitar às crianças experiências significativas com movimento corporal, por meio de jogos e brincadeiras e do contato com danças, lutas, esportes, ginástica, capoeira, artes circenses e outras formas de movimento;

X - promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - incentivar a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e ao espaço;

XII - garantir a todas as crianças, inclusive àquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso às diversas tecnologias de informação e comunicação (TIC), por meio do planejamento de situações de aprendizagens significativas, que demandem o uso dessas tecnologias;

XIII - articular a transição entre a pré-escola e os anos iniciais do Ensino Fundamental, com base no respeito à continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, seus interesses e necessidades, priorizando a dimensão lúdica no trabalho pedagógico, na perspectiva de garantir o direito de acesso aos diferentes conhecimentos, sem antecipar conteúdos previstos para o Ensino Fundamental;

XIV - garantir condições para o trabalho e a organização de espaços e tempos que assegurem à criança proteção contra qualquer forma de negligência no interior da instituição educativa, conforme o disposto na Lei nº 8.069/90, acrescida pela Lei nº 13.010, de 26 de julho de 2014, e pela Lei Ordinária nº 9.132/2012 de Goiânia GO.

### **5.5.2 Objetivos gerais do Ensino Fundamental**

Os objetivos gerais do Ensino Fundamental em conformidade com a Resolução CEE N. 3/2018 são:

- I - A aquisição, por parte do educando, dos processos formais de alfabetização, noções gerais básicas de linguagens e seus códigos, da matemática e suas tecnologias, a compreensão do ambiente identitário, cultural, geográfico, cultural e histórico e da tecnologia;
- II - O aprimoramento das formas de convivência escolar e social;
- III - A articulação das vivências com os saberes e conhecimentos filosófico, social, geográfico e historicamente construídos e acumulados;
- IV - A assunção consciente da responsabilidade, valores e comportamentos éticos, do respeito à diversidade e ao meio ambiente;
- V - A construção progressiva da identidade pessoal e social.

## 5.6 Dos princípios da Proposta Político Pedagógica na Educação Infantil

A nossa Proposta Político Pedagógica, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I - éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;
- II - políticos: dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- III - estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de criações e de manifestações artísticas e culturais.

## 5.7 Dos princípios do trabalho no Ensino Fundamental

A Resolução do CEE N. 03/2018 aponta quatro princípios que precisam permear uma PPP. Consonantes com essa resolução, no IPE – Unidade Centro a organização pedagógica está fundamentada nos seguintes princípios:

**Cognitivos:** com o compromisso de desenvolver com qualidade as competências, habilidades, atitudes e valores nas diferentes áreas de conhecimento, implementando ações pedagógicas a serem realizadas e metodologias a serem adotadas;

**Éticos:** com o compromisso com a justiça, os direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, a solidariedade, a liberdade, o respeito à diversidade e a autonomia; de convivência fraterna; de observância das normas comportamentais consensualmente assumidas; de espaço de respeito à dignidade da pessoa humana; de respeito e tolerância e de promoção da cultura de paz; de combate a toda forma de violência, de intolerância, de discriminação, de bullying, de preconceito étnico-racial, de gênero, de cor, de idade, de sexo, de gênero e de identidade sexual;

**Político-sociais:** com o compromisso com o reconhecimento dos direitos e deveres dos educandos, dos docentes, dos profissionais da instituição e da família; de respeito aos direitos e deveres da cidadania; de busca da equidade no acesso, permanência e sucesso no processo educativo da instituição; de respeito ao bem comum e à preservação dos princípios democráticos; de uso racional dos recursos ambientais; de acesso à saúde, ao trabalho e aos bens culturais; de diversidade de tratamento, para assegurar a igualdade de direitos entre os educandos que apresentam diferentes necessidades; de realização dos processos de inclusão social, redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais;

**Estéticos:** com o compromisso com o cultivo da sensibilidade, juntamente com a racionalidade; com o enriquecimento das formas de expressão crítica e o exercício da criatividade e das Artes; com a valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; com a construção de identidades plurais e solidárias.

Saviane 2008, aponta que os princípios servem como fios condutores desta proposta, apontam a educação como o ato de produzir em cada sujeito a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens e tem como ponto de partida e ponto de chegada a prática social.

## **6. MARCO CONCEITUAL**

### **6.1 Referencial teórico do trabalho no Instituto Presbiteriano de Educação**

A equipe do Instituto Presbiteriano de Educação, alinha suas ações pedagógicas na concepção sócio interacionista, compreendendo o aluno como um sujeito de direitos,

produtor de conhecimento e cultura, saberes, desejos e anseios. Desse modo, compreendemos que é na relação com o outro que o conhecimento se estabelece. Assim, o nosso trabalho se aporta na teoria de Vygotsky. Segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. A aprendizagem é uma experiência social, a qual é mediada pela interação entre a linguagem e a ação.

A referência sócio interacionista é o russo Levy S. Vygotsky (1896-1934). Segundo Vygotsky, na abordagem sócio interacionista o desenvolvimento humano acontece nas relações de trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação. Processos de interação são processos onde o indivíduo interage com a sua cultura. Mediação é o processo que pode ocorrer também entre os membros de uma comunidade, em suas trocas comunicativas, através dos bens materiais e simbólicos criados pelos membros da comunidade educacional.

## **6.2 Concepções que perpassam o trabalho no IPE – Unidade Centro**

### **6.2.1 Concepção de Educação**

O Instituto Presbiteriano de Educação – IPE Centro, como instituição confessional que se declara, promove uma educação cristã. O que distingue a educação cristã é que, em seu espectro, é aquela forma de educação que se compromete com a realização dos objetivos educacionais por meio de um currículo que integra as várias áreas do conhecimento com a epistemologia bíblica e dispensa uma atenção integral ao ser humano sempre partindo de uma cosmovisão bíblica. Buscamos a excelência acadêmica e a integração de todos os componentes curriculares e/ou áreas do conhecimento com a fé cristã, dando ao aluno uma sólida formação educacional, cristã e cidadã.

### **6.2.2 Concepção de Sociedade**

Conceituamos a sociedade como grupos de pessoas com valores, culturas, características, sexo e etnias diferentes, com objetivos comuns em relação à convivência social, sustentados por um processo de educação voltado para a formação do cidadão.

A origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa associação amistosa com outros. Sociedade é um conjunto de relações sociais, um sistema de relações interpessoais que conecta indivíduos a indivíduos.

Nossa equipe compreende que educação e sociedade não são somente duas palavras interligadas, elas são duas reais formas de buscarmos aquilo que queremos para o futuro do mundo, com homens mais solidários e éticos nas relações.

### **6.2.3 Concepção de Currículo**

A Resolução CEE N. 03/2018 aponta que o currículo é a proposta da ação educativa em sua integralidade, apresentada e executada pela escola. O currículo é constituído do conjunto de competências, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, objetivos, metodologias, ações educativas, recursos e materiais utilizados, inovações pedagógicas, práticas sociais, educação digital, formação e capacitação dos professores, vivências e formas de convivência dos educadores e educandos, trabalhados em matrizes, tempos e espaços do itinerário pedagógico do aluno, de acordo com as competências exigidas na série cursada, visando à qualidade na formação cognitiva e no desenvolvimento sócio afetivo do educando.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil aponta que currículo é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças.

Etimologicamente Kishimoto refere-se ao currículo utilizando uma metáfora como sendo “um caminho, uma direção, que orientaria o percurso para atingir certas finalidades”, para a autora a concepção de currículo que melhor representa as definições de um trabalho educacional é a “explicitação de intenções que dirigem a organização da escola, visando colocar em prática experiências de aprendizagem consideradas relevantes” (BRASIL/MEC, 1996, p. 13).

A equipe do IPE – Centro entende que currículo é o modo como organizamos as práticas educativas, refere-se aos espaços utilizados, a rotina de trabalho, aos materiais que disponibilizamos para as crianças e para os alunos, as vivências e as experiências que

lhes serão proporcionadas, a forma como nos relacionamos durante seu período de permanência na instituição. O Currículo engloba todas as ações desenvolvidas no espaço educacional.

#### **6.2.4 Concepção de criança**

O Documento Curricular para Goiás aponta a criança como um ser único, particular e reafirma que a sua autoria se dará a partir de suas vivências e experiências, de seu repertório sociocultural, das experiências estéticas que lhe foram oportunizadas, do que ela conhece, do que ela teve acesso e da forma como foi construindo seu acervo artístico, histórico e cultural. Tudo isso em estreito diálogo com sua imaginação.

Ser criança e viver a infância para Siqueira (2012), são conceitos interdependentes, porém não podem ser tratados como sinônimos. Conforme o autor a infância consiste num tempo social da vida, que se difere de outros, como, a adolescência, a adultícia e a velhice, não só por causa do aspecto biológico, mas também, em decorrência do que é concebido por cada grupo ou sociedade, em cada época, como importante e necessário proporcionar nesse tempo da vida, numa perspectiva natural/biológica e social.

E é nessa perspectiva que a equipe do IPE Centro trabalhará com as crianças, respeitando sua história de vida, seu ritmo de desenvolvimento, sua centralidade no processo educacional.

### **7. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A organização curricular, nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, tem uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e uma parte diversificada, que constituem um todo integrado, de modo a oferecer no processo educativo conhecimentos e saberes universais, necessários ao ser humano contemporâneo, junto com uma formação advinda das culturas e realidades regionais, das demandas dos grupos sociais, das famílias

e dos estudantes, de acordo com seu projeto de vida, seus múltiplos interesses e a fase de seu desenvolvimento.

### **7.1 A organização curricular do Ensino Fundamental**

Conforme a Base Nacional Comum Curricular os Anos Iniciais do Ensino Fundamental corresponde do 1º ao 5º ano e Anos Finais que corresponde do 6º ao 9º ano, sendo os dois primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental o Ciclo de Alfabetização e Letramento, e têm como foco da ação pedagógica o processo de alfabetização das crianças, sujeitos históricos, sociais e de direitos, que possuem suas próprias maneiras de ver, perceber e estar no mundo.

Elencamos, em consonância com a BNCC, ações intencionais necessárias que podem assegurar as aprendizagens essenciais defendidas em cada etapa do Ensino Fundamental (BNCC, 2017, p. 38):

- a contextualização das habilidades dos componentes curriculares;
- a integração de conhecimentos;
- o fortalecimento da competência pedagógica;
- as metodologias e estratégias didático-pedagógicas;
- o protagonismo dos estudantes;
- os procedimentos de avaliação formativa;
- o uso dos recursos didáticos e tecnológicos;
- os processos permanentes de formação docente;
- a gestão educacional.

### **7.2 A organização curricular do Ensino Fundamental a partir da BNCC**

Compreendemos que a base (BNCC) é uma síntese dos conhecimentos, saberes e valores que todas as crianças brasileiras que frequentam a escola têm o direito de se apropriar. Há ainda uma parte diversificada que considera as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar.

A equipe do IPE – Unidade Centro, em consonância com a BNCC, apresenta uma proposta curricular para o Ensino Fundamental que têm como objetivos:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, adquirindo o progressivo domínio formal da leitura, da escrita, do cálculo e da capacidade de comunicação;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das Artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - A aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica e construtiva do mundo;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana, de tolerância recíproca e da cultura da paz, valores em que se assenta a vida social;

V - O fomento à criatividade, à investigação, à pesquisa e a busca de solução para os problemas cotidianos.

Nas áreas que abrigam mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas), também são definidas competências específicas do componente (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Geografia e História) a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo dessa etapa de escolarização.

As competências específicas possibilitam a articulação horizontal entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a articulação vertical, ou seja, a progressão entre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades.

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas.

### **7.3 Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades na BNCC**

Na BNCC, as competências específicas para que cada componente curricular seja desenvolvido são estabelecidas para cada ano e cada componente um conjunto de habilidades que são as aprendizagens em si, aquelas aprendizagens que os alunos têm direito a ter acesso para que as competências sejam desenvolvidas ao final da Educação Básica. São os desenvolvimentos dessas habilidades que irão permitir que os alunos construam os seus conhecimentos e desenvolvam os mecanismos necessários para

progredir nos seus estudos e assim, conseguir desenvolver as competências gerais da BNCC.

Cada habilidade está relacionada a um objeto do conhecimento, esse objeto na BNCC, seja conceitos ou um procedimento, deixa de ser central e passa a ser um meio para que as habilidades sejam desenvolvidas. Para cada objeto do conhecimento determinado, diversas habilidades ou apenas uma, serão desenvolvidas, por sua vez, esses objetos do conhecimento estão agrupados em unidades temáticas, de acordo com o que eles representam para cada componente curricular. Essas unidades temáticas são mais amplas, possuem alguns objetos do conhecimento e um grupo maior de habilidades, que são desenvolvidas a partir deles. As habilidades são centrais para que as aprendizagens aconteçam e para que as competências sejam desenvolvidas.

#### **7.4 O ciclo de alfabetização e letramento**

De acordo com o Documento Curricular de Goiás, volume II, assim como na etapa da Educação Infantil, as crianças dos anos iniciais precisam participar de situações lúdicas de aprendizagem: as brincadeiras, os jogos, o uso da imaginação e da criatividade, os desafios, a exploração e a investigação, os questionamentos, são constitutivos do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Dessa forma, os direitos de conviver, brincar, explorar, participar, expressar e conhecer-se, já anunciados na etapa da Educação Infantil, continuam sendo respeitados.

No processo de alfabetização a organização curricular se fundamenta pela integração de conhecimentos. Essa integração de saberes possibilita a escolha de temáticas relevantes, estabelecendo um diálogo entre o conhecimento social e o conhecimento escolar. Nossa equipe de profissionais alfabetizadores valoriza os conhecimentos prévios das crianças por meio do conhecimento do que elas já sabem dizer sobre as temáticas discutidas em sala. Trabalhar na perspectiva do letramento nos possibilita ultrapassar os conteúdos dos demais componentes curriculares, pois levamos em consideração o que cada criança já trouxe de suas vivências e histórias de vida.

No processo de alfabetização, nossa organização curricular apresenta-se pelas práticas de linguagem, sendo:

- Oralidade;

- análise linguística/semiótica;
- leitura/escuta e produção de texto.

Pretendemos assim garantir que as atividades de leitura e escrita perpassem por todas as áreas de conhecimento. Essa articulação e integração norteiam a ação didática do professor, para que seja propositiva no que precisa ser ensinado e apreendido pelas crianças no processo de apropriação do conhecimento.

O ciclo de alfabetização deve assegurar:

I - A alfabetização e o letramento;

II - A capacidade de pensar, escrever e comunicar-se com propriedade, desenvolvendo as diversas formas de expressão, linguística, corporal e artística, introduzindo o aluno no domínio da Língua Portuguesa, das operações Matemáticas, da Literatura, da Música e demais Artes e da Educação Física.

III - A descoberta e o fortalecimento dos “traços de personalidade”, habilidades não cognitivas, fatores fundamentais para a formação do aluno como pessoa que vão caracterizando sua singularidade e que irão favorecer o bom desempenho na escola, no trabalho e na vida.

Ressaltamos que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a prática de linguagem Análise Linguística/Semiótica (normatividade/textualidade/discursividade), que aborda a apropriação do sistema de escrita alfabético e o aprendizado de algumas normas ortográficas são a centralidade do processo de alfabetização. Ressaltamos ainda nesse ciclo, os objetos de conhecimento e habilidades apresentados em cada componente curricular é que possibilitarão a apropriação dos conhecimentos necessários para a consolidação do processo de alfabetização das crianças. Amplia-se assim o conceito de alfabetização, sendo:

- alfabetização matemática;
- alfabetização histórica;
- alfabetização geográfica;
- alfabetização artística;
- alfabetização corporal;
- alfabetização científica.

Na nossa instituição, em consonância com as orientações legais, a língua portuguesa irá perpassar todos os componentes curriculares. Ao final do segundo ano, esperamos que as nossas crianças:

- dominem o sistema de escrita alfabético;
- aprendam a segmentar as palavras nas frases;
- usem pontuação em textos;
- já tenham aprendido algumas normas ortográficas como o uso de letras maiúsculas e minúsculas;
- seja garantido às crianças o aprendizado da leitura como prática social.

No ciclo da alfabetização não pode haver quebra de continuidade, não sendo admitida retenção durante sua execução. Ao findar o ciclo, a nossa equipe deverá:

**a)** Avaliar se o processo de alfabetização e letramento foi exitoso e, havendo lacunas, procurar recuperá-las no tempo e formas que julgar mais adequadas para que a aprendizagem aconteça;

**b)** Elaborar, em relatório conclusivo do ciclo de alfabetização, a ser anexado ao histórico de cada aluno, dossiê que indica os pontos positivos e as fragilidades no desenvolvimento intelectual e comportamental do aluno, instrumento orientador para as ações pedagógicas a serem desenvolvidas a partir da conclusão do ciclo de alfabetização.

O Ensino Fundamental será ministrado utilizando-se a progressão continuada regular por anos e será ministrado em Língua Portuguesa. O Ensino Fundamental, em nossa instituição, utilizará como ferramenta a iniciação digital, a aproximação ao uso das inovações tecnológicas e da comunicação virtual.

O IPE – Centro trabalhará nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com uma estrutura da Proposta Curricular, consonante com a Resolução CEE N.03/2018 e com a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, onde os conteúdos se articulam em quatro áreas de conhecimento, além do Ensino Religioso, sendo:

- I** - Linguagens e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física;
- II** - Matemática e suas Tecnologias;
- III** - Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Ciências;
- IV** - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: História, Geografia;
- V** – Ensino Religioso.

Todos os componentes curriculares deverão trabalhar habilidades de leitura e escrita por meio de competências específicas como:

- Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidade de seus usuários e da comunidade a que pertencem;
- Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos;
- Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados e interações sociais e nos meio de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatório que ferem direitos humanos e ambientais;
- Mobilizar práticas de cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender a refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

## **7.5 Sobre as áreas de conhecimento**

### **7.5.1- Linguagens e suas tecnologias**

A área de Linguagens é composta pelos componentes curriculares: Arte, Educação Física, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. A linguagem é concebida como uma produção humana e constitui-se como uma prática social, uma forma de interação humana, de produção de sentidos, de formação de identidades. Ao aprender a ler e a escrever, o estudante ampliará a possibilidade de obter mais conhecimentos em diferentes áreas e componentes curriculares, por inserir-se na cultura letrada e participar de variadas atividades com mais autonomia e protagonismo.

#### **7.5.1.1 Arte**

A BNCC aponta as artes, em geral, como experiências que ampliam a percepção de nós mesmos, dos outros e da vida ao possibilitar, por meio da expressão de sentimentos e emoções e da comunicação de pensamentos e ideias, os discursos poéticos, políticos,

ideológicos, científicos, religiosos, por exemplo, velados e desvelados nas representações artísticas, com as quais interagimos e/ou produzimos na escola e fora dela.

### **7.5.1. 2 Educação Física**

Consonantes com o DC-GO compreendemos que o componente curricular de Educação Física deverá introduzir e integrar o aluno na cultura corporal alinhada aos objetivos educacionais, facilitando e promovendo a educação do corpo e movimento para a diversidade, formando o cidadão que vai reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas.

### **7.5.1. 3 Língua Portuguesa**

O componente Língua Portuguesa diz respeito às práticas de linguagem contemporâneas, as quais envolvem novos gêneros, textos multissemióticos e multimidiáticos, bem como formas diversificadas de produzir, organizar, replicar, disponibilizar e interagir.

O componente Língua Portuguesa nos anos iniciais ressignifica práticas de linguagem, como oralidade e escrita, iniciadas na Educação Infantil no campo de experiência Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação, ampliando as vivências por meio de outros campos de atuação e práticas de linguagem. As aprendizagens, nesse campo de experiência, têm como finalidade ampliar o universo da cultura da escrita e, ainda, desenvolver a oralidade em diferentes situações. Nos anos finais continuam o percurso, iniciado na Educação Infantil e ampliado nos anos iniciais, de modo a possibilitar aos estudantes a experimentação de diferentes práticas, com criticidade e autonomia.

O ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa têm como finalidade a formação de estudantes críticos e reflexivos, capazes de fazer uso da língua e de diferentes linguagens em diversas atividades humanas. O componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir ao aluno o desenvolvimento de dez competências específicas até o final do Ensino Fundamental.

A BNCC aponta para o trabalho com a Língua Portuguesa a partir dos campos de atuação. Estes são entendidos como contextos de produção dos diversos gêneros, sendo:

### ORGANIZAÇÃO DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO DE ACORDO COM A BNCC

ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Campo da vida cotidiana	
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública

Fonte: BNCC, 2017, p. 82

#### 7.5.1. 4 Língua Inglesa

O estudo da língua inglesa permite outras formas de engajamento e participação na sociedade contemporânea, por meio do acesso a novos conhecimentos, mas, para que isso ocorra, faz-se necessário um aprendizado consciente e crítico em que as dimensões pedagógicas e políticas estejam interligadas.

O Documento Curricular para Goiás (DC-GO) amplia o ensino de Inglês para os anos iniciais, construindo unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades para essa etapa.

Esse componente curricular está estruturado pelos eixos: Oralidade, Leitura, Escrita, Conhecimentos linguísticos e Dimensão intercultural, que estão intrinsecamente ligados nas práticas sociais de usos da língua. O aprendizado de língua inglesa deverá promover reflexões sobre as relações entre língua, identidade e cultura, como também o desenvolvimento de competências interculturais.

O ensino de língua inglesa nos anos finais é pautado em atividades significativas. A aprendizagem de Língua Inglesa tem como objetivo ampliar os saberes dos estudantes, de

forma a permitir que compreendam melhor a realidade em que se encontram inseridos, explicitem suas contradições e indiquem possibilidades de superação. Nessa fase, o ensino de língua inglesa permite ao aluno uma expansão e qualificação sobre suas capacidades de análise, argumentação e sistematização sobre questões sociais, culturais, históricas e ambientais.

### **7.6 Competências específicas de linguagens para o Ensino Fundamental (Fonte: BNCC, 2017, p.63.)**

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

## 7.2 - Matemática e suas tecnologias

A Matemática é uma ciência viva que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos, bem como alicerçar descobertas e construções realizadas pelo e para o ser humano. É uma ciência imprescindível para a compreensão dos aspectos sociais, culturais e locais que caracterizam uma sociedade.

A Matemática apresentada no DC-GO traz habilidades permeadas com conceitos, procedimentos e processos, tais como:

- a linguagem matemática: é instrumento imprescindível para a formação do aluno pois o habilita a compreender, analisar e avaliar melhor os problemas existentes, a fim de que este seja capaz de elaborar propostas de intervenção criativas e inovadoras, no contexto da grande diversidade de informações que a era digital proporciona.
- o letramento matemático: que é a capacidade de entender e saber aplicar as práticas de leitura, escrita matemática e habilidades específicas da matemática para resolver problemas no âmbito das práticas sociais.
- a resolução de problemas: é uma abordagem que prioriza o desenvolvimento de projetos com situações de matemática. Consiste em atividades que desenvolvam o raciocínio, a comunicação e a elaboração de modelos matemáticos, que evidenciam, sobretudo, o caráter integrador da Matemática.
- a modelagem matemática: é estratégia de ensino e aprendizagem que propõe situações-problema ligadas ao mundo real, as quais já possuem respostas consolidadas.
- a investigação matemática: possibilita ao aluno perceber a integração dos conhecimentos, a partir de sua vivência, para um posicionamento dinâmico e produtor de efeito transformador em seu meio social.

### 7.2.1 Competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência

viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.

3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las, crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.

6. sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

### **7.3 - A área das Ciências da Natureza**

As Ciências da Natureza constituem a área de conhecimento que possui um olhar articulado de diversos campos do saber, tais como Geografia, Biologia, Física e Química, favorecendo o acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos ao longo da história e a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos da investigação científica. Seu principal compromisso é o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo natural, social e tecnológico, e também transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências.

Nos anos iniciais, os estudantes já se envolvem com uma série de objetos, materiais e fenômenos em sua vivência diária e na relação com o entorno. Nos anos finais, a ampliação da relação dos jovens com o ambiente possibilita que se estenda a exploração dos fenômenos relacionados aos materiais e à energia no âmbito do sistema produtivo e no seu impacto na qualidade ambiental.

Pretende-se que ao terminarem o Ensino Fundamental, nossos alunos estejam aptos a:

- Compreender a organização e o funcionamento do seu corpo;
- Interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência, reconhecendo o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo;
- Assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem o autocuidado e respeito com o outro, especificamente quanto ao cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva;
- Serem capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas no desenvolvimento de condições propícias à saúde, como campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores.

### **7.3.1 Competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental**

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.

2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.

4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

#### **7.4 - A área das Ciências Humanas**

A área de Ciências Humanas é composta pelos componentes curriculares Geografia e História desde os anos iniciais. Terá como foco a formação de um cidadão integral e o desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal, contextualizando sempre a relação sujeito, espaço e tempo, com ênfase na necessidade de compreensão das relações sociais em sua maior complexidade, contendo as dimensões intelectuais e afetivas, baseadas no respeito, acolhimento, singularidade e diversidades espaciais e temporais, enquanto partes integrantes da formação básica do cidadão.

#### **7.4.1 Componente Curricular Geografia**

É uma ciência que analisa o espaço geográfico, em suas várias escalas, partindo do local de vivência do estudante até a escala global, sendo responsável por propiciar que ele desenvolva a leitura espacial, a observação, compreensão e análise das relações humanas e das atividades humanas no espaço, utilizando como conceitos-chaves: paisagens, territórios, territorialidades, regiões, redes, deslocamentos espaciais, sociedades, representações cartográficas, fenômenos socioambientais, natureza e outros, propiciando o desenvolvimento da alfabetização geográfica e cartográfica e do raciocínio geográfico, contribuindo, assim, com a formação do cidadão crítico.

#### **7.4.2 Componente Curricular História**

É uma ciência que analisa o tempo, em suas várias idades e períodos cronológicos. Sendo assim, o seu objeto de estudo é a relação do presente com o passado no decorrer do tempo histórico das sociedades. E suas principais categorias e conceitos de análise são: identidades, culturas, diferenças, rupturas, permanências, continuidades, descontinuidades, memórias, tradições, simbologias, movimentos, processos, documentos, fontes dentre outros, propiciando o desenvolvimento da alfabetização histórica e social e do raciocínio temporal, contribuindo, assim, com a formação do cidadão autônomo e integral.

### **7.5 Competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental:**

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

5. Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

## **7.6 Orientações complementares para o Ensino Fundamental**

O Ensino Religioso, é de oferta obrigatória, assegurado o respeito às diversas culturas e religiões e as outras de expressão do fenômeno religioso. O Instituto Presbiteriano de Educação – Centro é de cunho confessional, na doutrina presbiteriana. O

ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígena, africana e europeia. A Educação Física é componente obrigatório do currículo, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais - LDB. O ensino da História e Culturas Indígena e Afro-brasileira estão presentes nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todos os componentes curriculares, especialmente no ensino de Arte, História, Língua Portuguesa, Geografia e Cultura Religiosa, assegurando o conhecimento e o reconhecimento da cultura desses povos na formação e constituição da Nação, ampliando o leque de referências culturais do educando, contribuindo para concepções de mundo e construção de identidades mais plurais e solidárias.

Elaboramos a nossa PPP com vistas a despertar o interesse do aluno e motivá-lo, trabalhando os aspectos cognitivos a partir dos problemas da realidade, de grandes eixos articuladores do conhecimento, de projetos interdisciplinares, de propostas ordenadas em torno de conceitos-chave, de eventos que requerem múltiplas leituras e diferentes olhares científicos e culturais. São princípios que orientam a organização curricular e sua execução:

- a) A contextualização e problematização dos conhecimentos;
- b) A inter e a transdisciplinaridade;
- c) O diálogo e a diversidade entre os saberes, a vida real e as relações sociais;
- d) O domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem as atuais relações de produção.

No IPE – Unidade Centro, a inovação tecnológica e as tecnologias constituem ferramentas pedagógicas que devem interagir e estar presentes nos componentes curriculares.

## **8. AS METODOLOGIAS ATIVAS NO TRABALHO COM AS CRIANÇAS/ALUNOS**

Segundo Moran (2014), as metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que as nossas crianças e os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que as crianças e os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa.

Nas metodologias ativas a criança é colocada na centralidade da produção do seu conhecimento, ela experiencia, produz, se torna protagonista nesse processo. As metodologias ativas apresentam algumas características, a saber:

- Participação ativa das crianças e dos alunos no contexto de sua aprendizagem;
- Percepção do papel do professor como facilitador efetivo e mediador do conhecimento;
- Atividades em linguagem mais próxima das crianças e dos alunos;
- Boas práticas de integração das TIC na educação.

Nossa equipe trabalhará com algumas metodologias ativas como:

- A sala de aula invertida, nas quais as crianças e os alunos já vêm para a sala de aula/atividades com um certo conhecimento prévio sobre o assunto a ser abordado (sugerido/divulgado com antecedência);
- Os projetos, a proposta é levar para a sala de aula problemas e desafios e oferecer meios para que eles sejam resolvidos;
- A metodologia colaborativa, em que as/os crianças/alunos são motivadas a debater e a trocar informações sobre determinados assuntos/temáticas.

## **9. A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

A avaliação dos educandos do Ensino Fundamental Anos iniciais e Finais, a ser realizada pelos professores e pela equipe diretiva como parte integrante da proposta curricular e de implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

- a. identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;
- b. subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos educandos;
- c. criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;
- d. manter a família informada sobre o desempenho dos educandos;

e. reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à instituição, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

Para qualificar o processo avaliativo a nossa equipe de profissionais utiliza vários instrumentos e procedimentos de acordo com cada componente curricular como por exemplo na área da Língua Portuguesa, tais como a Observação, Ficha Literária, Ficha de Leitura, Atividades Avaliativas objetivas e subjetivas, Avaliação da Competência, Habilidade e Atitude, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando, fazendo prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais, tal como determina a alínea "a" do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96. Também será assegurado tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento escolar recebam atendimento ao longo do ano.

Estão previstos períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei de Diretrizes e Bases, inclusive para os alunos com frequência insuficiente tentamos a recuperação evitando, sempre que possível, a retenção por faltas.

Elencamos alguns critérios comuns às formas de avaliação do Ensino Fundamental, sendo:

- I.A avaliação discente é ação diagnóstica que visa à melhoria da aprendizagem do aluno e do ato docente, bem como à atualização constante dos processos educacionais da escola;
- II.A avaliação do desempenho do aluno deve ser contínua, cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- III.A verificação da aprendizagem é instrumento decisivo para aceleração de estudos dos alunos com atraso escolar ou para aplicação do processo de classificação/reclassificação;
- IV.O aproveitamento dos estudos, dos conhecimentos e das experiências adquiridas no trabalho e na vida, de maneira formal e informal, deve ser consequência de processo avaliativo;
- V.A avaliação deve ser adaptada às capacidades e limitações físicas ou psicossociais de cada aluno, a prova escrita não sendo a única modalidade de avaliação de desempenho, tendo a nossa instituição a total liberdade de optar por instrumentos

outros que valorizem a oralidade, a criatividade, o protagonismo e modalidades de comunicação mais adequadas às condições do educando;

VI.A recuperação da aprendizagem deve ser efetuada de imediato no momento em que for detectada, de preferência no Conselho de Classe realizado a cada bimestre, e exige acompanhamento individual do desempenho do aluno, recorrendo a processos de recuperação personalizada, especial, durante todo o período letivo, em sala, no turno e/ou no contra turno ou com programas especiais;

VII.A avaliação dos alunos submetidos a tratamento de saúde física e psicológica deve ser personalizada, adequada às limitações que apresentam, observadas as prescrições e recomendações dos profissionais de saúde que lhes prestam atendimento e devendo a escola alertar a família quando for necessária a orientação destes profissionais;

VIII.O aluno, em caso de retenção, terá assegurado o aproveitamento de componentes curriculares em que houve aprovação.

## **10.O CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO FUNDAMENTAL**

O Conselho de Classe tem a função de avaliar o processo de aprendizagem de cada educando, bem como as condições em que a aprendizagem se realiza na instituição, ao final de cada trimestre.

O Conselho de Classe, em suas reuniões, deve realizar amplo debate sobre o processo pedagógico, o ensino ministrado, a aprendizagem, a avaliação e a recuperação paralela, desenvolvidos ao longo de seu curso, promovendo, quando for o caso, mudanças e adaptações que se fizerem necessárias na Proposta Político Pedagógica e no Regimento, com vistas ao seu aprimoramento durante o semestre subsequente.

O professor, no Conselho de Classe, também avalia sua prática pedagógica, analisando sua metodologia de ensino, buscando sempre informações necessárias que auxiliem o conhecimento, mas também o sucesso do mesmo, pois visa inovação de metodologias como o aprimoramento do apoio pedagógico ao aluno que apresentou alguma dificuldade, o mesmo acontece a cada final de trimestre.

### 10.1 As finalidades do Conselho de Classe

- a. acompanhar e avaliar o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- b. analisar e acompanhar o processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos alunos, relacionando-o aa competências e as habilidades da Organização Curricular com o planejamento pedagógico, sugerindo procedimentos direcionados para melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- c. propor ações para melhoria do desenvolvimento e aprendizagem das alunos, relacionamento educador/aluno e integração dos alunos nas turmas;
- d. apreciar os resultados das diversas atividades proporcionadas aos alunos;
- e. emitir parecer didático-pedagógico sobre ensino–aprendizagem, atendendo à solicitação da Direção e da Coordenação Pedagógica;
- f. possibilitar a troca de experiência entre os participantes.

O Conselho de Classe, ao final de cada semestre letivo, deve realizar amplo debate sobre o processo pedagógico, as metodologias trabalhadas, a aprendizagem, a avaliação e a recuperação paralela, desenvolvidos ao longo de seu curso, promovendo, quando for o caso, mudanças e adaptações que se fizerem necessárias na Proposta Político Pedagógica e no Regimento.

As decisões do Conselho de Classe, quando tomadas no exercício legal de sua atuação e no respeito às normas educacionais, podem ser revisadas ou modificadas por ele mesmo, mediante recurso interposto pelo interessado ou por seu representante legal, no prazo estabelecido no Regimento, nunca inferior a 5 (cinco) dias. Das decisões do Conselho de Classe cabe recurso, em última instância, ao Conselho Estadual de Educação de Goiás, que poderá revogá-las, no todo ou em parte, podendo determinar atos a serem revistos ou praticados novamente.

As conclusões do Conselho de Classe devem ser fielmente documentadas, circunstanciadas, anotadas em seu inteiro teor, em ata lida por todos os membros e por eles assinada, dando-se ciência de seu inteiro teor a todos os participantes no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir de sua realização.

Na avaliação, o Conselho de Classe deverá obrigatoriamente analisar o desempenho global do aluno, o processo progressivo de seu desempenho e dos resultados finais por ele obtidos durante o período letivo no conjunto dos componentes curriculares e

relevar as condições peculiares físicas e psicológicas de alunos em tratamento de saúde ou em situações de instabilidade ou fragilidades.

## **11. AS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

As políticas de convivência se referem ao conjunto de diretrizes e orientações que regem as relações entre os sujeitos e agentes do processo educativo na unidade educacional, indicando os princípios referentes aos direitos, aos deveres e aos limites e as penalidades dos educandos, dos docentes, dos gestores e dos pais, bem como as ações pedagógicas de mediação e solução de conflitos e as vias recursais cabíveis em caso de transgressão apurados em procedimento que respeite o Direito a Ampla Defesa e o Contraditório.

A aplicação das normas disciplinares na nossa instituição tem por base a mediação, a solução de conflitos e o acolhimento e não na exclusão, transformando sempre a punição ou penalidade, se houver, em ato educativo pedagógico.

Os procedimentos disciplinares serão sempre documentados e comunicados a família, estes vão da orientação pedagógica, à advertência, à suspensão da sala de aula em momentos específicos e temporários e a transferência, em casos excepcionais a outra unidade escolar que garanta ao educando o direito de aprender significativamente:

- I.A advertência deve ser efetuada oralmente ao aluno e por escrito à família, dando conhecimento dos fatos e das providencias tomadas pela instituição;
- II.A suspensão implica em afastamento do aluno da sala de aula, em momento específicos e temporários, cumprindo tarefas escolares, atividades de pesquisa ou elaboração de trabalhos dentro do espaço escolar e sob orientação docente.
- III.A transferência para outra unidade, se não for pedido pelo aluno ou pelos pais, será realizada somente nos casos em que o Conselho de Classe:
  - a. Comprovarem a inadaptação do educando a Proposta Político Pedagógica e ao Regimento dessa instituição, demonstrando que foram adotadas todas as medidas possíveis para que esta adaptação acontecesse;
  - b. Demonstrarem que a medida é indicada como alternativa para o melhor desenvolvimento educacional do educando;

c. Avaliarem que a medida é recomendada para a segurança física, emocional e psíquica do educando, dos colegas e dos docentes.

A transferência, respeitando os limites e procedimentos aqui estabelecidos, deverá ser realizada após comunicação formal ao educando e sua família, a mantenedora dessa instituição, a escola que o acolherá, cabendo recurso ao Conselho Estadual de Educação. A transferência prevista nesse parágrafo, somente será efetivada caso exista vaga em outra escola, devendo ocorrer preferencialmente no período de férias e recessos, garantindo o direito a realização das avaliações do período letivo cursando na unidade onde o educando estava matriculado.

Nesta instituição não praticamos a expulsão do educando, pois compreendemos que tal ato fere o Direito Público Subjetivo a Educação.

## **12. A RECUPERAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A recuperação é compreendida por nossa equipe como parte integrante do processo de aprendizagem e de produção do conhecimento e deve ser entendida como intervenção contínua e imediata por parte do professor e da instituição das atividades efetuadas nas aulas e sua avaliação, monitorando se a aprendizagem aconteceu individualmente e criando novas e diferenciadas situações de aprendizagem, a serem avaliadas.

Vasconcelos (2005) esclarece que alguns aspectos relativos à recuperação de estudos, enfatizando que essa prática pedagógica, mais do que uma estrutura da escola, deve significar uma postura do professor no sentido de garantir a aprendizagem dos alunos. É importante que a recuperação aconteça no próprio ato de ensinar, quando o professor, a partir da análise dos erros, percebe a necessidade dos alunos. Caso não ocorra esta recuperação, o professor está se omitindo em sua tarefa primordial que é garantir a aprendizagem.

A Recuperação será realizada no decorrer do ano letivo. Ela visa superar as dificuldades detectadas no processo ensino e aprendizagem, respeitando a diversidade de características e de necessidades do aluno.

As atividades de Recuperação serão realizadas com caráter preventivo e de orientação de estudos. As atividades de recuperação devem ocorrer sob forma de revisão e recapitulação dos conteúdos, avaliações, pesquisas, atividades individuais e em grupo,

estudos e atividades programadas, dirigidas e orientadas especialmente para essa finalidade.

O Sistema de Recuperação no IPE – Unidade Centro acontece em vários momentos e de diferentes formas: no cotidiano da sala de aula, por meio de atividades de reforço com tratamento didático individualizado, trabalhos escritos, pesquisas e sínteses. Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem recebem tratamento específico, por meio de Projetos de Intervenção Pedagógica.

A Recuperação será contínua e realizada ao longo do ano letivo para os casos de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Todas as atividades são realizadas em parceria entre os professores, coordenadora pedagógica e direção que analisarão e verificarão a aprendizagem de cada aluno.

As avaliações de Recuperação serão somadas à média obtida no trimestre e deverá gerar nova média.

A Recuperação no IPE - Centro acontece da seguinte forma:

- I. Nos ambientes pedagógicos, cabendo ao docente criar novas situações desafiadoras e dar atendimento individualizado ao educando que dele necessitar, por meio de atividades diversificadas;
- II. No contra turno, com plantões de dúvidas nos diversos componentes curriculares;
- III. Prevista na PPP e regulamentada no Regimento;
- IV. Concomitantemente às aulas ministradas e de forma contínua, ao longo de todo o período letivo;
- V. Abrangendo as competências e habilidades do ano em que o aluno está matriculado;
- VI. Sendo objeto de avaliação individual, a fim de verificar se a recuperação de conteúdos e a aprendizagem aconteceram.

### **12.1 A recuperação anual no Ensino Fundamental**

A recuperação anual será realizada no final do ano ou período letivo, esgotadas todas as outras formas de recuperação ofertada, para os casos de baixo rendimento escolar, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$\underline{MRF = MRA + MF}$$

2

### **13. O APROVEITAMENTO DOS ESTUDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Lei 9.394/96 dispõe no Art. 47, parágrafo 2º que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

O Aproveitamento de Estudos é o processo que a instituição adota, no uso de sua autonomia, para reconhecer estudos e cursos como válidos, mediante avaliação documental e complementação de estudos, quando considerados necessários.

É de responsabilidade da equipe responsável da instituição, fazer o registro da decisão, lavrada em ata, datada e assinada pela comissão avaliadora e será de imediato lançada no histórico escolar do aluno.

### **14. O AVANÇO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

O Avanço é o processo legal, pelo qual o aluno, mediante verificação de aprendizado, no decorrer do período letivo, é matriculado em série ou período mais adiantado, por possuir grau de desenvolvimento e rendimento escolar superior ao exigido na série que está cursando.

A equipe do Instituto Presbiteriano de Educação – Unidade Centro, assegurará aos alunos portadores de altas habilidades e de superdotação, desde que documentalmente comprovadas pelas instâncias e profissionais competentes, o direito à avaliação que favoreça a progressão nos estudos e a devida certificação.

### **15. A ACELERAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Aceleração é programa institucional “de dimensão coletiva” da unidade escolar, previsto na PPP e no Regimento da instituição, destinado aos alunos com defasagem na idade/série, visando à sua melhor adequação e à obtenção de competências da educação

básica em períodos mais céleres, por meio de uso de tempos, espaços e metodologias educacionais apropriadas.

Será assegurado aos alunos com altas habilidades e de superdotação, desde que documentalmente comprovadas pelas instâncias e profissionais competentes, o direito à avaliação que favoreça a progressão nos estudos e a devida certificação.

## **16. A CLASSIFICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Classificação é o processo legal mediante o qual o aluno é posicionado na série/ano ou etapa a que faz jus, e pode ser feita em qualquer ano ou etapa, exceto a primeiro ano do Ensino Fundamental, podendo ser:

- a. Por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento a série ou fase anterior na própria instituição;
- b. Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, de outros sistemas de ensino ou vindos do exterior;
- c. Independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Nossa instituição assegurará aos alunos portadores de altas habilidades e de superdotação, desde que documentalmente comprovadas pelas instâncias e profissionais competentes, o direito à avaliação que favoreça a progressão nos estudos e a devida certificação.

## **17. A RECLASSIFICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Reclassificação é o processo legal mediante o qual o aluno é reposicionado em ano ou etapa mais adiantada daquela indicada na seriação do seu histórico escolar, por possuir competências mais avançadas e se aplica ao aluno já inserido no processo de escolarização, sendo efetuada pela instituição no início do período letivo, excluído o primeiro ano do Ensino Fundamental.

Nosso instituto assegura aos alunos portadores com altas habilidades e de superdotação, desde que documentalmente comprovadas pelas instâncias e profissionais competentes, o direito à avaliação que favoreça a progressão nos estudos e a devida certificação.

## **18. A PROGRESSÃO PARCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Progressão Parcial é a possibilidade, assegurada por lei, de o aluno ser promovido para o ano seguinte, mesmo não alcançando resultados satisfatórios em alguns componentes curriculares do ano anterior. A progressão parcial consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que em seu capítulo sobre a Educação Básica orienta: “nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino”.

A progressão parcial é um instrumento do processo ensino/aprendizagem, a ser necessariamente utilizado a partir da conclusão do Ciclo de Alfabetização em todos os anos da Educação Básica, exceto na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização. Sua frequência não se vincula aos dias do período letivo regular, podendo ser desenvolvida com encontros periódicos por meio de estudo orientado, em dias e horários compatíveis para a instituição e para o educando. A progressão parcial deve ser efetuada em, no máximo, dois componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, sendo que este limite não se aplica à parte diversificada.

A forma e as regras de aplicação da Progressão Parcial é decisão devidamente motivada e fundamentada do Conselho de Classe a que o educando pertence, cabendo à instituição definir os conteúdos a serem recuperados, o programa de estudos, os tempos de execução, a escolha dos professores, a forma de acompanhamento do educando, a homologação do resultado final e seu lançamento no histórico escolar do aluno.

No ato da matrícula do aluno, a equipe diretiva da instituição deve dar ciência à família de que a Progressão Parcial deve ser realizada durante o ano letivo. Sua realização deve ser precedida de uma proposta oficial de programa de estudo, com ciência ao aluno e à família, a eles apresentada pela instituição, definindo metodologia, prazo de execução e acompanhamento, e formas de avaliação, com documentação em ata.

O Regime de Progressão Parcial pode ser realizado a partir da conclusão do período letivo em que o aluno ficou de progressão, devendo ser concluído antes ou durante o período letivo imediatamente posterior, preferencialmente na escola onde estiver matriculado. No cumprimento do programa de estudos a instituição poderá exigir do aluno momentos de acompanhamento individual de frequência obrigatória, a ser registrada pelo professor que o orientará presencialmente. Esta carga horária, a ser cumprida presencialmente na instituição, será definida de acordo com as necessidades apontadas no programa de estudos, não estando atrelada à mesma carga horária regular do componente curricular.

A instituição poderá oferecer este acompanhamento presencial destinado à Progressão Parcial para um aluno ou para grupos de educandos considerando o melhor atendimento e a organização administrativa e pedagógica do IPE – Unidade Centro. A etapa de progressão parcial terminará quando houver avaliação positiva da aprendizagem do aluno nos componentes curriculares em que estava reprovado.

## **19. TEMAS CONTEMPORÂNEOS E DIVERSIDADES**

A instituição em pauta trabalhará no decorrer do ano letivo temáticas contemporâneas visando a prática inclusiva para legitimar o direito: “a educação com qualidade para todos e todas”, conforme garante o Art. 26º da Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1948), o Art. 205º da Constituição Brasileira (1988) e o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), como:

- Educação Inclusiva;
- Educação de Crianças e Adolescentes com distorção de Idade-Ano;
- Educação Ambiental;
- Educação no Trânsito;
- Educação Fiscal e Financeira;
- Educação Política e Eleitoral;
- Educação Alimentar e Nutricional;
- Educação em Comunidades de Migrantes Internacionais.

Essas temáticas serão abordadas em formato de projetos ou de forma transversal nos diversos componentes curriculares do Ensino Fundamental.

## 20. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A identidade da Educação Infantil foi reafirmada na BNCC, que utilizou as DCNEI (BRASIL, 2009), como principal referência por serem de caráter mandatório e representarem os consensos teóricos construídos no país nas duas últimas décadas. Essas Diretrizes apresentam princípios, fundamentos e procedimentos que tem como perspectiva a criança como centro do planejamento curricular (BRASIL, 2009, 7 artigo 4º), o que significa afirmar que ela é um sujeito de direitos e histórico, que se expressa por meio de diferentes linguagens num período peculiar da vida, a infância.

Segundo o Documento Curricular da Educação Infantil para a Rede Municipal de Goiânia, a compreensão do que é ser uma criança, num determinado contexto histórico, social, econômico e político, pressupõe que o(a) professor(a) reconheça e identifique a lógica, o pensamento, a ação da criança, para daí, em articulação com o que é expresso em termos legais, planejar quais práticas pedagógicas serão desenvolvidas com e para ela. Em consonância com essa compreensão do que é ser criança, as DCNEI definem que o currículo da Educação Infantil deve considerar dois aspectos, em igual medida e importância, o que a criança traz e apresenta de seus contextos e experiências e os conhecimentos que foram produzidos e sistematizados pela humanidade ao longo do tempo.

Para a organização pedagógica da Educação Infantil, nossa equipe considerou:

- os eixos: interações e brincadeira (ludicidade);
- os princípios éticos, políticos e estéticos e a indissociabilidade entre o cuidar e educar;
- a criança como ser integral que se relaciona com o mundo a partir do seu corpo em vivências concretas com diferentes parceiros e em distintas linguagens;
- a seleção de saberes e conhecimentos socialmente significativos e contextualmente relevantes ;
- as instituições de Educação Infantil como contextos de promoção da equidade de oportunidades de acesso à pluralidade de bens culturais.
- o currículo como constitutivo das subjetividades humanas.

A BNCC apresenta uma organização curricular para a Educação Infantil, com dois elementos fundamentais – os direitos de aprendizagens e desenvolvimento e os campos de experiências e seus respectivos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento. Os direitos de aprendizagens e desenvolvimento se configuram nos modos próprios pelos quais as crianças se apropriam do mundo, constroem conhecimentos e produzem sentidos, são eles:



**CONVIVER**



**BRINCAR**



**PARTICIPAR**



**EXPLORAR**



**COMUNICAR**



**CONHECER-SE**

- Conviver - **Democraticamente** com outras crianças e adultos utilizando e
- produzindo diversas linguagens, ampliando gradativamente o conhecimento, o relacionamento e o respeito a natureza, a cultura, a sociedade e as singularidades e diferenças entre as pessoas.
- Brincar - **Cotidianamente** de diversas formas e com diferentes parceiros, interagindo e recriando a cultura infantil, acessando o patrimônio cultural, social e científico e ampliando suas capacidades emocionais, motoras, cognitivas e relacionais.
- Participar – Com **protagonismo** de todo o processo educacional vivido na instituição de educação infantil, tanto nas atividades recorrentes da vida cotidiana como na realização e avaliação das atividades propostas, na escolha das brincadeiras, dos materiais, dos ambientes etc., apropriando-se ativamente de práticas sociais, linguagens e conhecimentos de sua cultura.
- Explorar - Movimentos e gestos, sons, palavras, histórias, linguagens artísticas, materiais, objetos, elementos da natureza e do ambiente urbano e do campo, interagindo com o repertório cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.
- Comunicar - Por meio de diferentes **linguagens**, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas de experiências, registro de vivências, etc.
- Conhecer-se – Construir sua identidade pessoal e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento (gênero, religião, grupo étnico racial, etc.) nas diversas interações e brincadeiras que vivencia na unidade de Educação Infantil.

Os direitos estabelecidos para a Educação Infantil na BNCC (Brasil, 2017) foram definidos a partir das DCNEI (Brasil, 2009) e considerou três aspectos:

- a. o reconhecimento das especificidades das crianças quanto aos seus modos próprios de interagir, conhecer, aprender e desenvolver;
- b. a construção identitária das crianças relacionada à necessidade de constituição de novas formas de sociabilidade e de subjetividade, e;
- c. os eixos do currículo, as interações e as brincadeiras, estruturantes da prática

pedagógica.

O arranjo curricular proposto na definição da BNCC para a Educação Infantil está fundamentado em **experiências** a serem oferecidas, preparadas, efetivadas com as crianças, de forma a garantir esses direitos de aprendizagem das crianças. Na Educação Infantil, em consonância com as formas de pensar e agir no mundo que as crianças de até cinco anos possuem, as Áreas de Conhecimento da BNCC (Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática) são rearticuladas em **campos de experiência**.

### 20.1 Os Campos de Experiências no contexto da BNCC

A BNCC aponta que “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p.38).

A BNCC apresentou a organização curricular para a Educação Infantil a partir dos cinco campos de experiências. Foi considerado também as diferentes áreas de conhecimento e seus objetos de estudo, os conhecimentos do patrimônio da humanidade – artísticos, culturais, ambientais, científicos e tecnológicos – as práticas sociais, as interações entre os sujeitos, num tempo e espaço de vida comum entre as crianças e adultos.

Os **campos de experiências**, organização interdisciplinar por excelência, devem oferecer às crianças oportunidades de atribuir um sentido pessoal aos saberes e conhecimentos que vão sendo a ele articulados como uma rede e construídos na complexidade e transversalidade dos patrimônios da humanidade.

Alinhados a BNCC e demais documentos que foram elaborados a partir da base, nossa instituição trabalhará em 2021 a partir dos Campos de Experiência, no sistema bilíngue, sendo a Língua Portuguesa a primeira língua, sendo:

- O Eu, o Outro e o Nós;
- Corpo, Gestos e Movimento;
- Traços, Sons, Cores e Formas;
- Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação;

- Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

## 20.2 Vivências e experiências no contexto dos campos de experiências

Consonantes com as DCNEIs, a BNCC aponta que a instituição educacional:

[...] ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens [...] (BRASIL, 2017, p.34).

Mello (2010, p. 333), ao estudar o conceito de vivência, na obra de Vygotsky, pontua:

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso [...] Desta forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (Vygotsky, 1994:341).

As vivências são a unidade entre o afetivo e o cognitivo, o que integra as emoções à cognição de forma indissociável, desempenhando um papel fundamental nos processos de aprendizagens e desenvolvimento do ser humano. A criança tem uma vivência quando ela está profundamente envolvida naquilo que está fazendo, envolvida com o corpo, a mente e a emoção.

As experiências, segundo Toassa (2011, p.40), é o precipitado das vivências, daquilo que atingiu o sujeito ao longo de sua história, as experiências se referem às vivências acumuladas, por cada sujeito. A autora afirma que:

A experiência [...] no sentido de acúmulo, de passagem qualitativa é tanto potência como ato; realidade objetiva do meu ser, independente do encontro imediato com o meio. Minha “experiência profissional”, por exemplo, constituem enquanto ser social; é um fato concreto e inalienável da minha existência como indivíduo social ( TOASSA, 2019).

A experiência é aquilo que se acumula, que se prolonga, que se desdobra como uma viagem, ou seja, é aquilo que fica, aquilo que nos passa, que nos acontece. Envolve a capacidade de fazer refletir o modo como vivemos e as situações que enfrentamos. A troca aberta com tudo aquilo que nos rodeia faz as experiências vividas provocarem transformações no ambiente e também no próprio sujeito.

### 20.2.1 Princípios da experiência

- LUDICIDADE - como uma forma peculiar de as crianças descobrirem e construírem sentidos; como um jeito de favorecer a criança ao exercício criador, a um espaço e tempo para formulações de teoria provisórias.
- CONTINUIDADE - significa que toda experiência tanto toma algo das experiências passadas quanto modifica, de algum modo, a qualidade das experiências que virão. A continuidade implica condições objetivas de tempo, para que as crianças possam permanecer em seus percursos de investigação; de materiais em quantidade suficiente para que cada criança do grupo não seja constantemente interrompida e com variedade ampliada para aumentar seu repertório de negociações entre os próprios materiais; de espaço, pois se faz necessário garantir opções diversas de atuações das crianças em um mesmo local, sem que as obrigue a permanecer todas em uma mesma atividade por longos períodos de tempo; de grupo, pois já se sabe que as crianças conseguem atuar melhor quando estão em pequenos grupos.
- SIGNIFICATIVIDADE - O caráter lúdico e contínuo das experiências das crianças abre um espaço para a produção de significados pessoais, seja pelo prazer do já-vivido, característico na atividade lúdica, seja por germinar algo que está embrionário na criança na continuidade de suas experiências. Os significados produzidos envolvem a autoria, não são tomados de algum lugar pronto, mas construídos a partir da experiência de cada sujeito no mundo; a eleição, já que conhecer é esse estado contínuo de eleger algo, decidir; a provisoriedade, pois os significados produzidos não são rígidos, mas são fruto daquilo que se pode compreender naquele momento.

### 20.3 Aprendizagens essenciais: os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento

Os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento são apresentados pela BNCC (BRASIL, 2017) de forma integrada e articulada a cada campo de experiências e “[...] se referem às aprendizagens essenciais que as crianças têm direito de se apropriar ao longo da Educação Infantil” (DC-GO, 2018, p.46). Se constituem em:

[...] ações, pensamentos, atitudes e habilidades a serem desenvolvidas pelas crianças a partir de situações de aprendizagens significativas planejadas intencionalmente pelo (a) professor (a) e permeadas por sentidos, saberes e

conhecimentos de diferentes naturezas (DC-GO, 2018, p.46).

Coadunamos com o DC-GO, pois a criança, ao experienciar e vivenciar, constrói sentimento de pertencimento e de identificação na interação com o mundo. Nesse viés compreendemos que o professor precisa observar atenta e sensivelmente, as diferentes formas das crianças se expressarem como os choros, as falas, os gestos, os desenhos, as pinturas, as esculturas, dentre outros.

## **21. AS INTERAÇÕES E AS BRINCADEIRAS COMO EIXO DO TRABALHO COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

De acordo com o DC-GO e o DC - Goiânia a convivência em grupo possibilita aos sujeitos vivências e experiências que contribuirão para o seu desenvolvimento pessoal, a partir de descobertas de si mesmo, dos outros e do mundo. É por meio das e nas interações com os diferentes grupos que a criança se constitui sujeito social, estabelece relações, cria vínculos e aprende a se expressar e comunicar com o outro, amplia seus conceitos, conhecimentos e culturas.

É por meio dos toques, dos olhares, dos gestos, da fala, da comunicação do adulto, da mãe ou de outras pessoas do seu convívio, que se dedicam à criança que ela constituirá os primeiros significados sobre tudo que a cerca. É na relação com o outro que ela aprenderá a interpretar o mundo físico e sociocultural do qual faz parte. Segundo as DCNEI (2009, p.86):

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de desconforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas. Assim, busca compreender o mundo e a si mesma, testando de alguma forma as significações que constrói, modificando-as continuamente em cada interação, seja com outro ser humano, seja com objetos (DCNEI, 2009).

“Enquanto brinca, a criança amplia sua capacidade corporal, sua consciência do outro, a percepção de si mesmo como um ser social, a percepção do espaço que o cerca e de como pode explorá-lo” (SMOLE; DINIZ; CÂNDIDO, 2000, p. 13).

O brincar, um dos direitos de aprendizagem posto na BNCC é, portanto, uma parte fundamental da aprendizagem e desenvolvimento da criança, momento em que ela exercita todos os seus direitos e estabelece contato com os campos de experiência, como

protagonista de seu desenvolvimento. Ao brincar a criança aprende, experimenta o mundo, exercita sua autonomia de ação e criação. A brincadeira tem como objetivo principal a exploração e a experiência, explora sentimentos e valores, desenvolve suas habilidades, compartilham objetos, faz leitura de mundo a partir dos sentimentos em cada brincadeira. A brincadeira possibilita a criança criar, recriar, imitar, repensar, desenvolver-se nos diversos aspectos.

A brincadeira não é uma atividade que acontece naturalmente, ela precisa de interações diversificadas para ser aprendida e apropriada, porque, para brincar, a criança necessita de um amplo repertório de vivências, pois é a partir das relações estabelecidas com o mundo físico e sociocultural que ela tem motivação para brincar e retirar os conteúdos das brincadeiras (Arce, 2013).

O brincar, segundo o DC-GO, é uma atividade humana criadora de aprendizagens na infância, em que a imaginação, a fantasia e a realidade relacionam-se com o intuito de produzir novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelos estudantes. É por meio das vivências lúdicas, com jogos, brincadeiras que envolvem cantar, desenhar, recitar, que as crianças iniciam o processo de agenciamento social.

Compreendemos que tanto as interações quanto as brincadeiras, elementos distintos entre si, mas interligados, precisam ser ações intencionais e planejadas. Ao professor, mediador e facilitador do processo, cabe planejar cada momento, bem como exercer a observação, a escuta atenta e os devidos registros do processo para que possa propor as intervenções e a ressignificação de sua ação pedagógica.

## **22. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR A PARTIR DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS**

Assegurados os objetivos da Educação Infantil e direitos das crianças de 2 a 5 anos de idade atendidas no IPE – Unidade Centro e considerando que, na Educação Infantil, a organização curricular se estrutura nos cinco Campos de Experiências, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento serão organizados em grupos por faixas etárias, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças. Todavia, esses grupos não são considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser considerados na prática pedagógica.

No Campo de experiência “O eu, o outro e o nós” - as crianças estão se constituindo, na interação com outras crianças e adultos, como alguém com um modo próprio de agir, sentir e pensar. Elas são curiosas em relação ao entorno social. Conforme vivem suas primeiras experiências na coletividade, elaboram perguntas sobre si e os demais, aprendendo a se perceberem e a se colocarem no ponto de vista do outro, entendendo os sentimentos, os motivos, as ideias e o cotidiano dos demais parceiros. Ao conhecer outros grupos sociais, outros modos de vida através de narrativas, de contatos com outras culturas, amplia-se o modo de perceber o outro e desfaz estereótipos e preconceitos. Ao mesmo tempo em que participam das relações sociais e dos cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado.

O DC - Goiânia apresenta esse campo de experiência acrescentando que o “Eu” significa afirmar que cada sujeito é único, histórico, movido por sentimentos, interesses, vontades, desejos, e características próprias de ser e estar no mundo. Mas, para que o Eu se constitua é necessário o “Outro”, que inicialmente, são seus vizinhos, as crianças e os adultos da instituição, que assim como ela, também possuem desejos e características próprias. A partir dessas relações, a criança aprende a se identificar e a se diferenciar do Outro, no que se refere ao seu aspecto físico, aos hábitos, costumes, formas de ser, de estar e de se relacionar. Nessas relações se constituiu o “Nós”, que se materializa na tomada de consciência de que há a existência de um grupo humano, de um coletivo heterogêneo, amplo e diverso, que se constitui da junção do Eu e do Outro (OLIVEIRA, 2018). A constituição do Nós possibilita as crianças desenvolverem o sentido de pertença a um grupo social, no qual relacionar-se possibilita conhecer, cuidar, compartilhar saberes e conhecimentos produzidos culturalmente sobre o mundo físico e sociocultural.

No Campo do “Corpo, gestos movimentos” - o corpo no contato com o mundo é essencial na construção de sentidos pelas crianças, inclusive para as que possuem algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Por meio do tato, do gesto, do deslocamento, do jogo, da marcha, dos saltos, as crianças expressam-se, percebem, interagem, emocionam-se, reconhecem sensações, brincam, habitam espaços e neles se localizam, construindo conhecimento de si e do mundo. Nesse campo de experiência, o corpo da criança ganha centralidade. Assim, a equipe da nossa instituição deverá promover oportunidades para que ela possa explorar e vivenciar um amplo espectro de possibilidades.

O DC-Goiânia aponta que nesse campo de experiências “Corpo, Gestos e Movimentos”, o foco é garantir às crianças a possibilidade de viver experiências significativas que oportunizem o conhecimento do seu próprio corpo, das suas diferentes formas de expressão, de comunicação e de movimentação, desenvolvendo noções sobre saúde e autocuidado.

Corpo segundo Vargas (2012, p.240), “[...] é o próprio ser humano: sua natureza corpórea é a base de sua existência; se não há corpo, obviamente, não há pessoas”. O corpo é biológico, físico, psíquico, afetivo e é, também, uma construção sociocultural.

Gestos correspondem ao movimento de alguma parte específica do corpo, que expressam ideias ou sentimentos de um determinado grupo social, por isso, se constituem e traduzem o que é próprio de cada cultura. Eles se alteram ao longo do tempo e representam um sinal de comunicação não verbal.

Movimentos correspondem à ação de deslocar partes do corpo e/ou deslocar o corpo no espaço. É ação, é movimentação com o corpo, que pode ser intencional, ritmada, exploratória, imitativa, criativa, etc.

No Campo de Experiência dos “Traços, sons, cores e formas” – as crianças constituem sua identidade pessoal e social nas interações com diversos atores sociais, durante as quais ela se apropria e aprendem a se expressar por meio de múltiplas linguagens no contato com manifestações culturais locais e de outros países. Nesse sentido é importante que as crianças tenham oportunidades de explorar diferentes materiais, recursos tecnológicos e multimídia, realizando suas produções com gestos, sons, traços, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, de modo singular, inventivo e prazeroso, desenvolvendo sua sensibilidade. O objetivo é favorecer o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade e da expressão pessoal.

O DC - GOIÂNIA aponta que no campo de experiências Traços, Sons, Cores e Formas o foco é garantir às crianças a possibilidade de viver experiências significativas que propiciem a ampliação do seu repertório cultural e artístico, bem como o desenvolvimento da sua capacidade de expressão em diferentes linguagens: artes visuais, música, dança, teatro e audiovisual.

Os Traços referem-se às marcas, às linhas, aos riscos, esboços delineados pelo exercício da ação/pensamento. O ato de garatujar, num movimento corporal em uma

superfície delinea os percursos investigativos deixando os vestígios para ser lidos por outros.

Os Sons são vibrações que se propagam pelo ar através de materiais sólidos, líquidos e/ou gasosos. Os sons aguçam os sentidos, num movimento exploratório das possibilidades sonoras a partir de diferentes fontes melódicas com intensidades, alturas e timbres distintos.

As Cores, consideradas sensações que originam todas as manifestações perceptivas do mundo cromático, perpassam todos os campos da atividade humana. Carregadas de simbolismos, sentidos e significados, as cores determinam as matizes, os gostos e as culturas.

As Formas são modos particulares de captar a realidade. Estão intimamente conectadas e entrelaçam significações, marcadas pela autoria, pela poética, pelo modo fazer e expressar dos sujeitos no e pelo mundo.

No Campo de Experiência da “Escuta, fala, pensamento e imaginação” - Desde o nascimento, as crianças são atraídas e se apropriam da língua materna em situações comunicativas cotidianas com pessoas de diferentes idades com quem interagem em diversificadas situações. A gestualidade, o movimento exigido nas brincadeiras ou jogos corporais, a aquisição da linguagem verbal (oral e escrita), ou em libras, potencializam tanto a comunicação, quanto a organização do pensamento das crianças e sua participação na cultura. Na pequena infância a aquisição e o domínio da linguagem verbal está vinculada à constituição do pensamento, à fruição literária, e também é instrumento de apropriação dos demais conhecimentos.

O contato com a literatura infantil proposto e mediado pelos nossos profissionais contribui para o desenvolvimento do gosto pela leitura além de estimular a imaginação e ampliar o conhecimento de mundo.

Ancorados no DC - Goiânia, compreendemos que no campo de experiências Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação, o foco é possibilitar às crianças, experiências significativas que propiciem a constituição do sujeito na e por meio do desenvolvimento e da apropriação da língua materna ou da primeira língua a partir da sua participação efetiva em situações comunicativas que ocorrem em diferentes contextos – família, comunidade, instituição educacional, espaços de lazer e de manifestação religiosa.

Escuta significa ouvir e acolher o outro, ter um interesse genuíno pelo outro, estabelecer um diálogo respeitoso por meio das muitas linguagens e símbolos que o outro usa para se comunicar e se expressar, em que ambas as partes conseguem se posicionar.

Fala é a capacidade de verbalizar ou utilizar sinais para se comunicar, de transformar em discurso ideias, pensamentos, sentimentos, gestos, sons e silêncios.

Pensamento é uma função intelectual superior, é quando se consegue representar mentalmente conhecimentos, fatos, ideias, opiniões, desejos, necessidades, interesses e emoções.

Imaginação é um processo relacionado ao pensamento que consiste na combinação e na criação de ideias, objetos, elementos etc. e que tem como suporte para sua elaboração a realidade e tudo que nela existe.

No Campo de experiências “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” – as crianças são curiosas e buscam compreender o ambiente em que vivem, suas características, qualidades, os usos e a procedência de diferentes elementos com os quais entram em contato, explicando o “como” e o “porquê” das coisas, dos fenômenos da natureza e fatos da sociedade. Para tanto, em suas práticas cotidianas elas aprendem a observar, medir, quantificar, estabelecer comparações, criar explicações e registros, criando uma relação com o meio ambiente, com a sustentabilidade do planeta, com os conhecimentos tradicionais e locais, além do patrimônio científico, ambiental e tecnológico.

Nesse campo, a instituição precisa fornecer experiências nas quais as crianças façam suas próprias observações, manipulem objetos, investiguem e explorem seu entorno, levantem hipóteses e consultem fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades.

O Dc - Goiânia apresenta que, para o campo de experiências Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações, o foco é possibilitar às crianças, experiências significativas que propiciem o desenvolvimento de noções de espaços, de tempos e de quantidades, assim como, a compreensão das diferentes relações e transformações que ocorrem no mundo físico e sociocultural.

Espaços são as variadas paisagens, lugares e territórios, naturais ou modificados pelos homens ao longo do tempo.

Tempos são a sucessão de fatos e acontecimentos num determinado período e que possibilita a construção da ideia de duração – passado, presente e futuro – sendo medido, na atualidade, por meio de instrumentos como o relógio (horas, minutos e segundos) e o calendário (dias, meses e ano). Também, diz respeito às condições naturais momentâneas do ar que é o tempo denominado físico ou atmosférico, como por exemplo, hoje está ensolarado, chuvoso ou nublado.

Quantidades se referem à utilização dos números em diferentes contextos e práticas sociais com variadas funções – medir, pesar, quantificar, codificar, localizar etc.

Na perspectiva do processo de ensino e aprendizagem estabelecer Relações significa a capacidade do sujeito de comparar, de perceber diferenças e/ou semelhanças, de descobrir causas e efeitos, de analisar o todo e as partes, de fazer conexão entre espaços, objetos, fatos, acontecimentos, situações etc.

## **23. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E OS OBJETIVOS POR FAIXA ETÁRIA**

1 - Crianças bem pequenas - de 2 anos a 3 anos e 11 meses

I - Objetivos de Aprendizagens e Desenvolvimento do Campo de Experiências “O Eu, o Outro e o Nós”.

a) Interações

- Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.
- Construir noções de respeito e cooperação, ao estabelecer relações de amizade e ao participar de brincadeiras e interações variadas com crianças de diferentes faixas etárias e adultos.
- Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.
- Utilizar estratégias variadas, gestos, expressão facial, movimentos e linguagem oral para narrar histórias, expressar ideias e opiniões com crianças de diferentes faixas etárias e adultos.
- Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.

b) Autonomia

- Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.

- Conhecer as possibilidades e limites de seu corpo, percebendo situações que coloquem em risco sua segurança física nas interações cotidianas.
- Vivenciar brincadeiras coletivas que exercitam a compreensão de regras, normas e valores do convívio social, desenvolvendo capacidade de lidar com frustrações.
- Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.
- Demonstrar percepções de suas necessidades físicas e ter iniciativas de autocuidado e auto-organização – beber água, vestir roupas, guardar seus pertences – bem como perceber as necessidades do outro.

### c) Identidade

- Experimentar e utilizar diferentes utensílios, explorando suas funções e possibilidades, nos momentos de autocuidado – alimentação, banho, troca de roupa, repouso, higiene bucal etc.
  - Identificar suas características físicas a partir da relação com outras crianças e adultos.
  - Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.
  - Reconhecer e manifestar suas preferências, desejos, sentimentos nas interações em diferentes contextos, respeitando o próximo.
  - Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.
  - Conhecer diferentes hábitos e costumes, por meio da interação com outras crianças, adultos e materiais variados – vídeos, desenhos animados, livros, músicas.
  - Conhecer histórias, saberes, sentimentos, desejos das pessoas com as quais convive na instituição e em diferentes grupos sociais.
  - Conhecer objetos, brinquedos e manifestações que representam diferentes culturas e fazer uso deles em situações cotidianas – brincadeiras, rodas de conversa, músicas, etc.
- II - Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de experiências “Corpo, Gestos e Movimentos”.

### a) Gestos e Movimentos

- Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.
- Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.
- Desenvolver habilidades motoras, em situações variadas, como no uso da tesoura, do

lápiz, do pincel, do descascar uma fruta, do abotoar a roupa etc.

- Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.
- Conhecer, experimentar e realizar brincadeiras que permitam correr, pular, saltar, escalar, rolar, subir, escorregar, balançar, equilibrar etc. nos diferentes espaços da instituição e fora dela.

#### **b)Corpo**

- Desenvolver noções de equilíbrio e lateralidade, ao movimentar-se para um lado para outro, andar sobre um traçado, em situações de deslocamentos e brincadeiras.
- Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.
- Perceber limites e possibilidades do corpo na movimentação e coordenação, utilizando a força, a velocidade e a resistência em deslocamentos, brincadeiras etc.
- Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.
- Reconhecer os cuidados necessários para a manutenção da saúde e a prevenção de doenças – evitar colocar mãos e objetos na boca, lavar e assoar o nariz, não compartilhar objetos de higiene pessoal etc.
- Experimentar e identificar as sensações causadas em si e no outro, por meio dos sentidos, olfato, audição, visão, tato e paladar, na utilização de brinquedos, materiais e objetos.
- Conhecer as funções do corpo, identificando e nomeando suas partes, por meio da exploração de vídeos, histórias, textos informativos, esqueletos etc.
- Medir e registrar, com o auxílio do (a) professor (a), de variadas formas seu peso, altura, idade etc., em diferentes períodos do ano, comparando os dados coletados.
- Degustar e diferenciar variados tipos, texturas e sabores de alimentos, aceitando um cardápio variado.

III - Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de experiências “Traços, Sons, Cores e Formas”.

#### **a)Manifestações Culturais**

- Conhecer, participar e relatar sobre as diferentes manifestações culturais de sua região, em momentos vividos dentro e fora da instituição.

**b) Sensibilidade e Criatividade**

- Desenvolver a capacidade de observar, de prestar atenção aos detalhes, de identificar o todo e as partes, no processo de apreciação de paisagens, objetos do cotidiano, artesanato, obras de arte.
- Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
- Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação – argila, massa de modelar – explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais
- Manipular diferentes objetos – lápis, giz, carvão, gravetos, palitos, hidrocor, pincel, caneta – que deixam marcas em superfícies ou suportes variados, produzindo narrativas visuais.

**c) Manifestações Artísticas - Artes Visuais**

- Manusear diversos tipos de materiais, explorando os elementos visuais – ponto, linha, forma e cor – em diferentes suportes, pedras, tecidos, objetos, próprio corpo, folhas, areia, produzindo narrativas visuais sem que haja compromisso com a representação do real.
- Observar e dialogar sobre pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias de lugares significativos e de obras de arte, incluindo as de artistas goianos, expressando sensações e sentimentos provocados.

**d) Manifestações Artísticas - Música**

- Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
- Conhecer e apreciar ritmos e estilos musicais variados, incluindo os de sua região, em diferentes situações vividas dentro e fora da instituição, ampliando seu repertório musical.
- Manipular diferentes objetos sonoros e instrumentos musicais, percebendo suas particularidades nos processos de produção sonora e apreciação musical.

**e) Manifestações Artísticas - Teatro**

- Experimentar o jogo teatral interagindo com elementos cênicos: figurinos, adereços, peças de composição de cenários etc., imitando ou representando papéis.
- Apreciar e explorar a dramatização e jogos teatrais que permitam a vivência de gestos, falas, sons, na personificação de variados personagens, em diferentes situações do cotidiano.

**f) Manifestações Artísticas - Dança**

- Experimentar e apreciar os elementos formais da linguagem da dança por meio das direções, dos níveis, das partes do corpo, das ações corporais, de apoios, do tempo (lento, moderado e rápido) e do peso (leve, firme e pesado) e suas variadas combinações.
- Criar livremente movimentos dançados, explorando a gestualidade do corpo.

**g) Manifestações Artísticas - Audiovisual**

- Participar dos processos de decisão de utilização de elementos audiovisuais: o que fotografar, que fotografias apreciar, que sons gravar, que músicas ouvir, que cenas gravar em determinada situação, que filme ou desenho assistir etc.

IV - Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de Experiências “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”.

**a) Culturas Orais**

- Conhecer o próprio nome como elemento de sua identidade, reconhecendo-o em seus objetos pessoais;
- Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;
- Nomear e solicitar, oralmente ou em Libras, pessoas, objetos, brinquedos, materiais, utensílios etc;
- Relatar de forma oral ou em Libras, fatos, acontecimentos de sua vivência, expressando sentimentos, ideias e opiniões;
- Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos;
- Relacionar as expressões gestuais com as verbais, entendendo o contexto da situação comunicativa;
- Utilizar expressões verbais mais usuais do seu grupo social nas interações cotidianas, ampliando seu vocabulário e formas de expressão;
- Conhecer e identificar as linguagens e expressões que definem diferentes situações em contextos variados;
- Participar e propor brincadeiras que envolvam canções de ninar, acalantos, lengalengas, cantigas de roda, travas-língua, parlendas;
- Memorizar músicas, quadrinhas, parlendas e recontar histórias com apoio de gestos, objetos e/ou imagens;

- Perceber em diferentes situações comunicativas, a necessidade de ouvir com atenção o outro, significar o que ele está dizendo e alternar os turnos de fala.

#### b) Culturas Escritas

- Explorar rimas, sonoridades e jogos de palavras, em poemas e outros textos versificados.
- Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.
- Manusear e escolher livros literários e outros textos, expostos no ambiente, lendo de forma não convencional, demonstrando postura de leitor.
- Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).
- Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.
- Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.
- Manusear diferentes portadores textuais, reconhecer seus usos sociais.
- Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).
- Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.
- Produzir, tendo o (a) professor (a) como escriba, listas, legendas, avisos, calendários, receitas, convites, instruções, recontos e outros gêneros de uso cotidiano.
- Ler imagens em diferentes contextos e identificar ilustrações de personagens de histórias, quadrinhos, desenhos animados etc.
- Utilizar dispositivos tecnológicos em situações comunicativas.

V - Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de experiências “Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações”.

#### a) Espaços - características, propriedades e funções de objetos

- Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).

- Explorar e comparar objetos, considerando suas características – espessura, textura etc.
- Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.), a partir do seu uso em ações cotidianas, por meio de músicas, de atividades lúdicas e da brincadeira de faz de conta.

#### b) Espaços e Tempos Transformações

- Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).
- Observar e perceber transformações naturais e induzidas em situações que envolvam, experimentos, produção de receitas, observação e manipulação de elementos da natureza etc.

#### c) Espaços e Tempos recursos e fenômenos da natureza

- Reconhecer os cuidados necessários que plantas e animais requerem para saúde, bem-estar e manutenção de sua vida.
- Desenvolver noções de proteção com animais peçonhentos e plantas tóxicas.
- Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.
- Conhecer e relacionar os diferentes tipos de animais e plantas, inclusive as do cerrado, identificando suas características e espécies.
- Desenvolver e compreender noções de cuidado com os recursos naturais – água, alimentos, ar e solo – a partir de vivências com outras crianças e adultos, dentro e fora da instituição.

#### d) Conhecimentos Matemáticos – Números

- Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.
- Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).
- Reconhecer a importância do campo como fonte de recursos naturais.
- Reconhecer e identificar os diferentes contextos em que os números são utilizados – endereços, datas, distâncias, números de telefones, placas de automóveis, tamanhos de roupa e sapatos, etc.
- Agrupar e registrar dados coletados sobre variados assuntos
- (Preferências, pesquisas de opinião) por meio de diferentes linguagens.

- Registrar quantidades utilizando-se de recursos pessoais – bolinhas, pauzinhos, outros desenhos – em contextos variados.

- Participar da resolução de situações problemas advindos do contexto –distribuição de brinquedos, organização da sala etc. – expondo suas ideias e o raciocínio utilizado.

e) Conhecimentos Matemáticos - grandezas e medidas

- Demonstrar em situações do cotidiano, a comparação de comprimentos, capacidade ou massas, nas produções de receitas, em brincadeiras variadas, nas resoluções de situações e problemas, na coleta de informações da turma (peso, altura), entre outros.

- Reconhecer em situações cotidianas, feiras, visitas a comércios do bairro, e em brincadeira de faz de conta, o dinheiro e seus valores, refletindo, com o auxílio do adulto, sobre a necessidade de se fazer escolhas com o que gastar.

f) Espaços e Tempos - relações sociais e espaço temporais

- Expressar nas interações e brincadeiras de faz de conta, o conhecimento dos diferentes papéis desempenhados pelos sujeitos na família, no trabalho, nos movimentos sociais e em espaços de manifestações culturais.

- Conhecer, identificar e descrever semelhanças e diferenças da cultura do grupo ao qual pertence, em relação, a outros de localidades e épocas diferentes, por meio de histórias, brincadeiras etc.

- Reconhecer a função das tecnologias digitais, entretenimento, pesquisa, comunicação etc., utilizando-as com orientação de um adulto, em situações cotidianas e nas brincadeiras.

- Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação a sua própria posição, utilizando termos como em cima, embaixo, perto, longe, à direita, à esquerda, ao lado, em frente, atrás, primeiro, último.

- Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).

- Identificar, relatar e descrever trajetos realizados, casa-instituição, passeios na comunidade, visita a vizinhos e familiares etc.

- Explorar as diferentes formas de representação de espaços e localidades, desenhos, fotografias, planta baixa, mapas, globos terrestres etc.

- Utilizar conceitos básicos de tempo, agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar.
- Reconhecer e relacionar os períodos do dia com as ações que são realizadas cotidianamente, café da manhã, almoço, lanche, jantar, sono.
- Identificar o clima da sua região, períodos de chuva e de seca, e as interferências que causam no dia a dia, por meio de diferentes linguagens, observações e uso das tecnologias.

2 - Agrupamento de crianças pequenas de 4 a 5 anos

I – Objetivos de Aprendizagens e Desenvolvimento do Campo de Experiências “O Eu, o Outro e o Nós”.

a) Interações

- Identificar e respeitar opiniões, formas de expressão e características próprias de cada um.
- Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.
- Relacionar-se com variados grupos, construindo vínculos afetivos e desenvolvendo atitudes de solidariedade.
- Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.
- Comunicar com clareza suas ideias, sentimentos, explicações e conclusões, compartilhando saberes e experiências cotidianas.
- Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.

b) Autonomia

- Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.
- Identificar situações que representem risco, procedendo de forma a garantir sua integridade física.
- Conhecer e respeitar normas e valores do convívio social e participar da definição de combinados do grupo.
- Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

- Conhecer e respeitar normas e valores do convívio social e participar da definição de combinados do grupo.
- Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.
- Realizar ações de cuidado pessoal, de forma autônoma, identificando suas necessidades pessoais e a dos colegas, desenvolvendo ações que promovem o seu bem-estar e o dos outros.
- Incorporar hábitos convencionais durante os momentos de autocuidado.

#### c) Identidade

- Respeitar a diversidade humana, no convívio com colegas, comunidades, grupos variados – indígenas, quilombolas, da cultura local – para romper com relações de discriminação étnico-racial, de gênero, linguística, socioeconômica e de religião.
- Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos, com os quais convive).
- Fazer escolhas intencionais com base em suas preferências e respeitar as escolhas dos outros.
- Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
- Socializar hábitos e costumes próprios do seu grupo social no convívio com outras crianças e adultos.
- Compartilhar suas histórias, saberes, sentimentos, desejos e expressar suas dúvidas e opiniões em rodas de conversa.
- Reconhecer e expressar emoções, sentimentos, valores que caracterizam sua identidade e a do grupo que pertence, por meio de diferentes situações vivenciadas na instituição – contação e dramatização de histórias, brincadeiras de faz de conta etc.

### III – Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de experiências “Corpo, Gestos e Movimentos”.

#### a) Gestos e Movimentos

- Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.

- Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
- Coordenar seus movimentos em relação a si mesmo, ao outro e ao espaço, em situações diversas, tais como: guardar seus pertences na mochila, vestir-se sozinho, participar da organização da sala etc.
- Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.
- Propor variações nas regras das brincadeiras de seu repertório – pique-pega, amarelinha, pique-esconde, circuitos – e vivenciá-las em diferentes espaços, dentro e fora da instituição.

#### b)Corpo

- Desenvolver o equilíbrio, a lateralidade e o ritmo, em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades, demonstrando controle e adequação do uso do seu corpo.
- Ampliar as possibilidades de movimentação e coordenação, controlando a força, a velocidade e a resistência nas atividades propostas.
- Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.
- Identificar e praticar situações de cuidados para a manutenção da saúde e a prevenção de doenças – cobrir o nariz e a boca ao tossir e espirrar etc.
- Descobrir e nomear sensações, tais como, repulsa, surpresa, cócegas, ansiedade, medo, satisfação etc., causadas em si, aliadas aos sentidos, olfato, audição, visão, tato e paladar, nas mais variadas situações.
- Identificar e compreender a estrutura do corpo humano, os principais sistemas e o seu funcionamento.
- Reconhecer a importância do levantamento de dados referentes ao peso, altura, idade etc., para acompanhamento do seu crescimento.
- Demonstrar conhecimento sobre a importância de uma alimentação balanceada, em quantidade e qualidade, sabendo selecionar e servir os alimentos saudáveis que lhes forem oferecidos.

IV - Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de experiências “Traços, Sons, Cores e Formas”.

#### a) Manifestações Culturais

- Conhecer e diferenciar as manifestações culturais de sua região das de outras localidades, reconhecendo suas características específicas, em momentos vividos dentro e fora da instituição.

#### b) Sensibilidade e Criatividade

- Acionar repertório de imagens, sons, palavras, movimentos, cores, para apreciar gravuras, esculturas, músicas, peças teatrais, filmes etc., por meio do estranhamento e do deleite.
- Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
- Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
- Conhecer várias possibilidades para realizar marcas gráficas e desenhos, em diferentes suportes, propondo novas combinações.

#### c) Manifestações Artísticas – Arte Visual

- Demonstrar conhecimento dos elementos visuais – ponto, linha, forma e cor – por meio de produções autorais e criativas de pinturas, gravuras, desenhos, colagens, esculturas e/ou fotografias, utilizando materiais variados.
- Analisar obras de arte, incluindo as de artistas goianos a partir do diálogo com o (a) professor (a) e com outras crianças, identificando as diferentes técnicas utilizadas.

#### d) Manifestações Artísticas - Música

- Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.
- Reconhecer e identificar diferentes ritmos ou estilos musicais e os que mais lhe agrada, percebendo que suas preferências podem variar de acordo com o contexto e a intenção.
- Escolher fontes sonoras e/ou instrumentos musicais que podem ser usados em suas experiências, brincadeiras, encenações, festas, construção de uma banda, apresentações e produções musicais

#### e) Manifestações Artísticas - Teatro

- Compreender e utilizar os elementos cênicos figurinos, adereços, peças de composição de cenários etc. em suas produções, dramatizações ou jogos teatrais.

- Criar de forma lúdica a apresentação de dramatizações e jogos teatrais, explorando as diversas possibilidades – corporal, vocal, verbal – na personificação de variados personagens, em diferentes tempos e espaços, ampliando suas formas de ser e estar no mundo.

#### f) Manifestações Artísticas - Dança

- Ampliar a exploração do movimento e do jogo dançado a partir da improvisação, criação e combinação dos elementos da dança, entre eles: deslocamentos e imobilidade, caminhos, formas, tensões espaciais, cinesfera, espaço, tempo e fluência.
- Conhecer e apreciar, de maneira contextualizada, alguns passos e modos de dançar das danças tradicionais, sociais e contemporâneas.

#### g) Manifestações Artísticas - Audiovisual

- Utilizar recursos tecnológicos que possibilitem a criação audiovisual – fotografia, áudio, vídeos – em atividades contextualizadas, com o auxílio do (a) professor (a).

IV – Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de Experiências “Fala, Escuta, Pensamento e Imaginação”.

#### a) Culturas Orais

- Identificar e escrever seu nome, conhecendo sua história e significado.
- Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
- Estruturar narrativas de situações vividas, utilizando objetos, brinquedos, fantoches, materiais e utensílios do cotidiano, explicitando características dos personagens e o enredo da história.
- Recontar, oralmente ou em Libras, histórias da sua preferência, em diferentes contextos, rodas de conversas, festival de contadores de histórias etc.
- Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.
- Perceber diferenças gestuais e as variações da língua em grupos sociais diversos.
- Identificar e comparar expressões gestuais e verbais do seu grupo social com expressões de outros grupos, comunidades, regiões e povos.

- Utilizar expressões próprias de determinadas situações, alterando o seu discurso de acordo com o contexto.
- Propor e criar brincadeiras que envolvam canções de ninar, acalantos, lengalengas, cantigas de roda, travas-língua, parlendas, interagindo com outras crianças.
- Parafrasear músicas, quadrinhas, parlendas e resumir, reformular, comentar e criar histórias com apoio do (a) professor (a).
- Demonstrar em diálogos, rodas de conversas, situações formais de interlocução, as habilidades de ouvir e de falar, por meio da linguagem oral e de sinais, compreendendo e produzindo textos orais.

#### b) Cultura Escrita

- Produzir, com o auxílio do (a) professor (a), textos orais e escritos, utilizando jogos de palavras, rimas e aliterações.
- Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.
- Reconhecer gêneros textuais variados, presentes nos livros literários e em outros suportes, identificando os assuntos/temas que são abordados em cada um.
- Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.
- Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.
- Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o (a) professor (a) como escriba.
- Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.
- Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).
- Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.
- Planejar e produzir, tendo o (a) professor (a) como escriba, listas, legendas, avisos, calendários, receitas, convites, instruções, recontos e outros gêneros de uso cotidiano.

- Relacionar textos com ilustrações e outros recursos gráficos como balões de fala, logomarcas, letras etc.
- Desenvolver diferentes atividades – envio de áudios, escrita de mensagens, e-mails, gravação de vídeos – utilizando dispositivos tecnológicos, mediados pelo (a) professor (a).

V - Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento do Campo de Experiência “Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações”.

a) Espaços

- Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.
- Selecionar e ordenar objetos e figuras, considerando seus atributos.
- Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.
- Perceber, demonstrar e compreender a partir da exploração, da visualização de imagens e de vídeos, que objetos e materiais diferentes, podem desempenhar funções semelhantes.

b) Espaços, Tempos e Transformações

- Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais
- Observar, relatar e descrever relações entre os objetos provocadas por reações físicas – movimento, flutuação, força, equilíbrio.

c) Espaços e Tempos

- Demonstrar em ações cotidianas respeito pela natureza e todas suas formas de vida, reconhecendo-se como parte integrante do meio, numa relação de interdependência.
- Reconhecer e identificar animais peçonhentos e plantas tóxicas para autoproteção.
- Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.
- Desenvolver noções de pesquisa e de sistematização do conhecimento, reconhecendo a internet, vídeos, livros, entrevistas com pessoas da comunidade etc., como fontes de informações.
- Compreender questões que ameaçam a vida no Planeta – mudanças climáticas, perda da biodiversidade, consumo exacerbado, descarte de resíduos de forma incorreta – que possibilitem o uso consciente dos recursos naturais.

- Identificar os espaços de onde provém os alimentos utilizados no dia a dia, valorizando o campo como fonte de recursos naturais indispensáveis para a sobrevivência de centros urbanos.

#### d) Conhecimentos Matemáticos – Números

- Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência numérica.
- Identificar e compreender a utilização de números no seu contexto diário como indicador de quantidade, de ordem e de código.
- Registrar com números, quantidades, datas, resultado de um jogo, peso, altura, idade etc.
- Registrar quantidades em diversas situações, para construção de tabelas e gráficos.
- Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.
- Vivenciar e solucionar situações problemas, utilizando cálculo mental, material concreto e registros variados em diferentes contextos.

#### e) Grandezas e Medidas

- Conhecer e utilizar instrumentos de medidas convencionais, balança, fita métrica, copo medidor, trena e não convencionais, passos, palmos, copos, pratos, cuias, em situações do cotidiano, comparando comprimentos, capacidades ou massas.
- Ter noção da função dos cartões de crédito e de dinheiro, relacionando valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro, em situações cotidianas e em brincadeiras, desenvolvendo consciência sobre o seu uso.

#### f) Espaços e Tempos - Relações Sociais e Espaço Temporais

- Entender a organização dos grupos sociais e da vida em sociedade a partir dos papéis que os sujeitos desempenham e das relações de interdependência estabelecidas entre eles.
- Compreender a partir de variadas fontes históricas – documentos oficiais, gravuras, histórias, imagens, objetos – a organização de grupos sociais em diferentes lugares e épocas.
- Ter noções da influência das tecnologias no dia a dia das pessoas, percebendo seus aspectos positivos e negativos, no que se refere à saúde, conforto, comunicação, relações sociais, degradação do meio ambiente etc.

- Reconhecer e registrar noções de distância: perto, longe, tendo como referência o próprio corpo.
- Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.
- Compreender a partir de imagens, de vídeos e de fotografias, as intervenções realizadas pelos homens (mudanças e permanências) em lugares de sua vivência.
- Conhecer e entender as representações e localidades de espaços geográficos por meio de desenhos, fotografias, mapas, pesquisa de campo.
- Representar de várias formas, espaços vivenciados no cotidiano, desenvolvendo noções de localidades de espaços geográficos.
- Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.
- Relacionar a sucessão do tempo (dia) com o movimento da terra, por meio da observação da posição do sol, de desenhos, ilustrações, textos, vídeos etc.
- Compreender o que caracteriza as estações do ano – verão, outono, inverno, primavera – percebendo as transformações que ocorrem na paisagem e no clima.

## **24.O PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nossa equipe de profissionais da Educação Infantil, orientados pela BNCC, organiza e cria procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- A utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, caderno de bordo, desenhos, álbuns, portfólio, etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

- A documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição com às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil, conforme legislação.

A Resolução CME N 120 Art. 27, reafirma que a avaliação na Educação Infantil deve ser contínua, descritiva, de caráter formativo, e ter como função possibilitar intervenções pedagógicas necessárias ao processo de aprendizagens e desenvolvimento da criança e o redimensionamento da Proposta Político Pedagógica, das ações dos gestores, professores e demais profissionais da educação, sempre que necessário. O processo de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento da criança será qualitativo, com a utilização de múltiplos registros:

“A avaliação na educação infantil deve ser qualitativa e realizar-se mediante acompanhamento e registro descritivo da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, [...] sem propósito de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”

#### **24.1 Características da avaliação qualitativa**

- acompanhamento,
- observação,
- contínua,
- processual,
- diagnóstica,
- mediadora,
- dialógica,
- emancipatória,
- a serviço da aprendizagem,
- Formativa e de análise.

#### **24.2 Consequências da avaliação qualitativa**

- Ressignificação da prática educativa,
- Compreensão do processo,

- Inclusão,
- Percepção da criança na sua globalidade,
- Formação integral.

Para realizar uma avaliação qualitativa é preciso conhecer a PPP da instituição pois é um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição, reflete o caminho a ser percorrido. É por meio dela que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. Consonantes com a BNCC e demais legislações, ao educador compete:

- refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças;
- acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens;
- utilizar diversos registros, feitos em diferentes momentos, tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos);
- evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”.
- reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

O processo avaliativo será planejado criteriosamente, seguindo algumas orientações, como:

- Definir o que avaliar a partir do que foi trabalhado, utilizando os cinco Campos de Experiência;
- Definir as informações que serão coletadas e como serão analisadas;
- Escolher os indicadores observáveis;
- Definir os critérios e instrumentos avaliativos a serem utilizados;
- Registrar e socializar os registros da avaliação.

A equipe do IPE – Unidade Central, realiza constantes estudos sobre a linguagem a ser utilizada no Relatório Descritivo Individual do Desenvolvimento da Criança e o que precisa conter, sendo:

- Aspectos da vida da criança;
- Comentários que as crianças ou os pais fazem sobre acontecimentos de casa e/ou instituição;
- Vivências da criança na instituição — parceiros com os quais prefere brincar, comentários que a criança faz sobre temas que estejam sendo discutidos, hábitos, preferências —, entre outros aspectos que se julguem relevantes;
- Observar os diversos aspectos do desenvolvimento da criança;
- Os objetivos estabelecidos no planejamento;
- Registro das reações das crianças ao que foi proposto;
- Os conhecimentos científicos trabalhados;
- As intervenções realizadas;
- As falas que mostram os avanços e atitudes das crianças;
- As observações anotadas cotidianamente;
- O processo de desenvolvimento e aprendizagens, superando o relato de comportamentos e os juízos de valores;
- O que pode e deve ser modificado no planejamento;
- O desenvolvimento das crianças em todos os aspectos;
- enfim, todo o processo de desenvolvimento da criança.

A equipe de coordenação pedagógica da Educação Infantil, em consenso com os professores, definiu que no registro descritivo, a descrição feita deve ser clara e esclarecedora, deve estar de acordo com os objetivos pedagógicos propostos para cada faixa etária e na PPP da instituição, que deve estar a serviço da aprendizagem, por isso exige uma nova postura do profissional da educação. Estes precisam recorrer a diversos instrumentos auxiliares, como observações, portfólios, auto avaliação, roda de conversa, e outros, além da necessidade de superar a ideia de classificação e hierarquização das crianças. Os relatórios vão muito além de uma Ficha de Anotações padronizadas. O registro é individualizado, cada criança é uma criança, respeitamos sua singularidade.

Nossa equipe trabalha numa perspectiva de avaliação que deve sempre enfatizar os avanços e não apenas os fracassos. Registrar o que a criança conseguiu e em que

progrediu, valorizar e registrar todos os aspectos do desenvolvimento infantil, não somente o sócio afetivo. É preciso registrar a participação da criança nos projetos desenvolvidos no bimestre e a cada registro deve-se proceder relação com o registro anterior.

Todos os Relatórios Descritivos das Crianças, após elaborados trimestralmente pelos profissionais, passam por criteriosa vistoria e correções da equipe de coordenação e revisão, retornando aos professores para os devidos ajustes. Os mesmos são socializados com os pais e/ou responsáveis, trimestralmente, em reunião específica a essa finalidade.

## **25.O CONSELHO DOS AGRUPAMENTOS**

Trabalharemos na perspectiva da Resolução CME N. 120/2018 onde orienta que o Conselho de Agrupamento tem como objetivo prioritário o atendimento às crianças e a defesa de ações de qualidade, a partir desta proposta, com as seguintes competências:

- I.acompanhar e analisar o processo de aprendizagem e do desenvolvimento da criança, relacionando-os as habilidades e competências da Organização Curricular com o planejamento pedagógico, sugerindo procedimentos direcionados para a melhoria do processo pedagógico;
- II.propor ações para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, relacionamento adulto/criança e integração da criança no agrupamento;
- III.verificar os resultados das diversas atividades proporcionadas às crianças;
- IV.emitir parecer didático-pedagógico referente ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, quando necessário;
- V.possibilitar a troca de experiência entre os participantes.

A equipe do Conselho de Agrupamento é constituído pela diretora, como presidente nata, pelo secretário geral e/ou auxiliares, pela coordenadora pedagógica, gerências pedagógicas, por todos (as) os (as) professores e representantes de pais e alunos. Esse grupo se reunirá, ordinariamente, em cada trimestre, em data prevista no Calendário Escolar e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante o exigir. A convocação para reuniões extraordinárias será feita, quando necessário, pela diretora, em documento próprio, com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

## **26.A MATRÍCULA, A FREQUÊNCIA E A TRANSFERÊNCIA DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Consonantes com a legislação atual a Educação Infantil terá carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional. A organização dos agrupamentos se dará, por idade, de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação de Goiânia. O início da pré-escola dar-se-á aos 4 (quatro) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março, conforme a legislação educacional.

As crianças que até o dia 9 de outubro de 2019 já estavam matriculadas e frequentando instituições educacionais de Educação Infantil (creche ou pré-escola) terão sua progressão assegurada, sem interrupção, mesmo que sua data de nascimento seja posterior ao dia 31 de março, considerando seus direitos de continuidade e prosseguimento sem retenção.

A matrícula da criança ou sua renovação implicará na assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais pelos pais ou responsáveis, será efetivada após a assinatura do Secretário e/ou Auxiliar de Secretaria e deferida pela diretora. A frequência mínima exigida para a Educação Infantil, pré-escola, é de 60% (sessenta por cento) do total de horas, sendo que a infrequência na Educação Infantil não poderá, em nenhuma hipótese, implicar na retenção da criança ou constituir-se como pré-requisito para matrícula no Ensino Fundamental, também a infrequência não resultará em punição da criança.

A infrequência da criança, não justificada pelos pais ou responsáveis, será comunicada pela equipe diretiva da instituição ao Conselho Tutelar, conforme Lei Municipal 8.410/2006.

Esclarecemos a comunidade educacional que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças a partir dos 4 (quatro) anos de idade, na Educação Infantil, pré-escola.

A transferência das crianças, solicitadas pelos pais ou responsáveis, se dará por meio da expedição de declaração específica acompanhada dos Relatórios Descritivos de Avaliação da Aprendizagem e do Desenvolvimento da Criança.

## 27.O TEMPO E O ESPAÇO NO TRABALHO COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para a organização do tempo, consideramos as necessidades relacionadas a alimentação, a higiene de cada criança, levando-se em conta a faixa etária, suas características pessoais, sua cultura e estilo de vida que traz de casa para a escola.

O espaço também é organizado levando-se em conta o objetivo da Educação Infantil, que é promover o desenvolvimento integral das crianças. Maria da Graça Souza Horn ajuda-nos a pensar sobre esse tema. A partir de suas pesquisas, escreve:

O olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica. Aliás, o que sempre chamou minha atenção foi a pobreza frequentemente encontrada nas salas de aula, nos materiais, nas cores, nos aromas; enfim, em tudo que pode povoar o espaço onde cotidianamente as crianças estão e como poderiam desenvolver-se nele e por meio dele se fosse mais bem organizado e mais rico em desafios. (HORN, 2004, p. 15).

A equipe da nossa instituição compreende e organiza o tempo de permanência da criança na instituição orientando-se para o favorecimento das possibilidades de aprendizagens propostas para aquela faixa etária. A estruturação minuciosa da rotina diária precisa atender as peculiaridades infantis e implica na ordenação que a criança formará para si. Cabe ao educador realizar a adequação e adaptação de acordo com a realidade do grupo, como explicita Zabalza “[...] cada educador (a) deverá fazer as alterações que considerar convenientes, adaptando os tempos da rotina diária, seja ao horário de funcionamento da sua escola infantil, seja ao grupo de crianças com o qual trabalha” (1998, p.186).

No IPE – Unidade Centro, serão trabalhadas atividades diversificadas, significativas e lúdicas no período em que a criança estiver na instituição. Buscaremos garantir uma permanência tranquila, em espaços acolhedores, para a realização das atividades, sempre nos atentando aos eixos norteadores do nosso trabalho que são as interações e as brincadeiras que, aliadas às atividades de cuidado buscam garantir a qualidade de atendimento à todas as crianças.

## **28. DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO**

### **28.1 Instituição residencial para instituição educacional**

No documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (2009), está registrado que as crianças têm o direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação a creche, bem como o direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; à atenção individual; a expressar seus sentimentos; à proteção, ao afeto e à amizade.

A Educação Infantil de acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996) tem como função complementar a ação da família, nesse sentido, se faz necessário estabelecer vínculos e parceria com os familiares das crianças atendidas em nossa instituição. Essa parceria nos permite conhecer melhor os seus hábitos, suas preferencias e a rotina vivenciada no âmbito doméstico. São ambientes distintos mas, conhecer como cada criança vive o seu dia a dia em cada um desses espaços, nos ajuda planejar e efetivar ações que venham contribuir com o seu bem estar e seu desenvolvimento nos diversos aspectos.

Nossa equipe planeja ações para que essa parceria se efetive, sendo:

- Inicialmente é elaborado um Instrumento Diagnostico para ser preenchido pelos familiares;
- Realização de palestra com os familiares sobre o processo de transição e rupturas;
- Manter diálogo permanente com familiares para que fiquem cientes do dia a dia de cada criança;
- Solicitar a presença temporária de familiares no início do ano letivo e/ou entrada da criança na instituição.

### **28.2 Da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**

Em consonância com o Documento Curricular para a Educação Infantil do município de Goiânia, nossa equipe compreende que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental também é bastante significativa na vida das crianças e de suas famílias. É um tempo cercado de preparativos e de muitas expectativas que se materializa influenciado por diferentes variáveis. É muito importante os(as) professores(as), da Educação Infantil e

do Ensino Fundamental, dialogarem sobre as crianças, o funcionamento do Ensino Fundamental e da escola, independentemente de ser ou não no mesmo espaço.

O mesmo documento traz a importância da instituição apresentar às famílias e às crianças a estrutura física da escola e informar como os profissionais se organizam para garantir a segurança das crianças, as ações que contribuirão para que se sintam mais confortáveis e tranquilas nesse período de tantas mudanças. Gradativamente, o(a) professor(a) vai se tornando uma referência para as crianças no novo espaço, ajudando-as a entenderem como ele se estrutura e que tem alguém com quem contar ali, naquele espaço.

Tais cuidados são necessários porque:

A entrada de crianças de 6 (seis) anos no Ensino Fundamental implica assegurar-lhes garantia de aprendizagem e desenvolvimento pleno, atentando para a grande diversidade social, cultural e individual dos alunos, o que demanda espaços e tempos diversos de aprendizagem. Na perspectiva da continuidade do processo educativo proporcionada pelo alargamento da Educação Básica, o Ensino Fundamental terá [...] a necessidade de recuperar o caráter lúdico da aprendizagem, [...] tornando as aulas [...] mais prazerosas e desafiadoras e levando à participação ativa dos alunos (BRASIL, 2013, p. 121).

A equipe da nossa instituição mantém permanente cuidado nesse processo de transição, para tanto propõe ações que possibilitem que esse momento aconteça da forma menos traumática e mais acolhedora possível, acreditamos que não pode haver uma ruptura brusca nessa transição, até porque compreendemos que a criança não deixou de ser criança por ter acessado o Ensino Fundamental. Os profissionais que receberão as crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental também são orientados a respeitar as singularidades infantis, a ludicidade e o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada uma delas.

Ações desenvolvidas no IPE – Unidade Centro para acolher as crianças no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental:

- Visitação planejada às salas do primeiro ano do Ensino Fundamental;
- Planejamento de atividades coletivas com as crianças dos agrupamentos de cinco anos com as crianças da sala do primeiro ano;
- Planejar visita o dos familiares das crianças da Educa o Infantil às salas dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Garantir um planejamento conjunto entre as profissionais que atuam nos agrupamentos de cinco anos com as que atuam nas salas dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Propor eventos que envolvam as crianças das duas etapas da Educação Básica.

## **29.O ATENDIMENTO EM JORNADA AMPLIADA (período integral) – CONSIDERAÇÕES**

O IPE – Unidade Centro, conforme demanda, atenderá em 2021 crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em período integral, sendo de 7h as 18h. Consideramos que a ampliação do tempo de permanência das crianças no espaço educacional precisa ser cuidadosamente planejado, tanto as atividades no período em que a criança está com o seu agrupamento referência, quanto nos momentos em que está com outras crianças no período ampliado.

Consonantes com o DC-GO, acreditamos que a educação de tempo integral possibilita às crianças mais tempo para desenvolver as habilidades previstas na BNCC, favorecendo ainda mais a formação de sujeitos críticos e autônomos.

Para Silva (2014, p.88), “a educação integral como direito de cidadania supõe uma oferta de oportunidades educativas, na escola e além dela, que promova condições para o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades da criança”.

### **29.1 – A Rotina no espaço educacional**

Rotina, de acordo com Barbosa (2006), é uma estratégia de organização do cotidiano, se referem às ações planejadas e intencionais desenvolvidas com as crianças. Tem por característica apresentar regularidade de horários, de espaços, de materiais e de mediações no desenvolvimento da ação pedagógica, para proporcionar às crianças segurança e certa previsibilidade do que está para acontecer, porém, com flexibilidade, variações e abertura para os inesperados que surgem no cotidiano.

A equipe do IPE – Unidade Centro acredita que uma rotina bem planejada vai possibilitar que não haja momentos de ociosidade, que possam gerar estresse e ansiedade ou, muito menos, períodos de agitação excessiva, que provoquem correria e afobação.

### **29.2 – A Adaptação**

O período ou fase de adaptação da criança na instituição é sempre acompanhado de muita apreensão e cuidado. É um momento que merece atenção e planejamento meticuloso, pois consideramos que essa fase é determinante para que a criança e seus familiares se sintam mais seguros e acolhidos.

O DC –GO aponta que a adaptação é comumente compreendida como formas de acomodação, ajustamento, aceitação ou submissão a uma determinada situação estática. O mesmo documento aponta a adaptação como um processo de entrada do sujeito, seja ele criança, familiares ou profissionais da instituição, numa situação nova, provocada por algum tipo de mudança, seja ambiental ou psicossocial. A entrada de uma nova família e de uma nova criança no espaço institucional, provoca alterações, pois, além de receber novas pessoas, recebe também sua cultura, seus hábitos, sua história e todo o contexto precisa ser, de alguma forma, reorganizado.

Orientados pelos documentos que regem a infância, em especial o documento “Critérios para um atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças” (BRASIL, 2009), a equipe da nossa instituição, prepara com muito zelo, formas de possibilitar que as crianças e seus familiares se sintam mais seguros nessa fase, sendo:

- + Dar especial atenção aos pais, nesses primeiros dias de adaptação, especialmente dialogando para que não haja atrasos no horário combinado para buscar seu filho, para assim amenizar o sentimento de abandono que esse período pode provocar;
- + Receber a criança com carinho e atenção individualizada, para tanto a equipe diretiva disponibiliza quantitativo maior de profissionais para esse horário;
- + Possibilitar que familiares fiquem um tempo na instituição, até a criança se sentir mais segura;
- + Possibilitar que crianças que tenham irmãos na instituição, tenha maior contato nessa fase;
- + Orientar que as crianças tragam de casa objetos de apego como naninhas, travesseiros e outros;
- + Flexibilizar rotinas e horários durante os primeiros dias da criança na instituição.

### **29.3 A Acolhida**

Um dos momentos mais importante do dia é a chegada da criança na instituição. Todas as crianças precisam se sentir acolhidas, aconchegadas para se sentirem mais seguras. Para organizar esse momento nossos educadores são orientados a ficarem

disponíveis para receber os alunos e ouvir o que eles têm a dizer. Nesse momento, as crianças serão conduzidas e orientadas a colocar seus pertences no local apropriado e já são convidadas a participarem das rodinhas de conversa e contação de história. É importante que as crianças tenham acesso a brinquedos e brincadeiras durante esse período.

#### **29.4 Autocuidado**

O Parecer das DCNEB (BRASIL, 2010) estabelece que o trabalho de uma instituição educacional tem sua centralidade na formação da pessoa na sua essência humana. Nesta perspectiva, é fundamental considerar as dimensões do educar e cuidar de forma inseparável, sendo necessário compreender que enfrentar o desafio de educar, neste mundo complexo, exige relações pautadas no acolhimento de todos, com respeito e com atenção. Assim, em cada criança [...] há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões (BRASIL, 2010, p. 18).

Consonantes com o DC-GO a equipe do IPE – Unidade Centro, compreende que as relações de educação e cuidado envolvem convivência e respeito pelo outro, em seus saberes, conhecimentos, hábitos, costumes, crenças, ritmos pessoais, características físicas etc., com perspectiva de superar ações automatizadas e mecânicas, em que as crianças são tratadas como objetos nos atos de trocar fraldas, dar banho, alimentar, mediar situações conflituosas ou de desenvolver outras atividades. Ao contrário, se há diálogo, olho no olho, toque com afeto, elas desenvolvem a autoconfiança, o que permite dar conta de si mesma, assim como expressar-se de forma segura e prazerosa (GUIMARÃES, 2011).

#### **29.5 O banho e higiene pessoal**

As atividades de banho e higiene pessoal como escovação (higiene bucal) e cuidados com os cabelos, são consideradas por nós como atividades educativas. Elas serão realizadas em espaços específicos a cada finalidade, sempre acompanhados por profissionais habilitados. Na passagem de um turno para o outro, é garantida a presença de profissionais também habilitados e em quantitativo suficiente ao atendimento às crianças que permanecem em período integral.

### **29.6 O Desfralde**

O desfralde é trabalhado com as crianças a partir dos dois anos de idade, quando são estimulados a substituir a fralda e também utilizar os peniquinhos e posteriormente os sanitários, com autonomia. Nessa fase a instituição convida os pais/responsáveis para, na parceria, dar continuidade a esse processo em casa.

### **29.7 O repouso**

O período de descanso das crianças no IPE – Unidade Centro acontecerá em espaço destinado a essa finalidade, sendo disponibilizados caminhas compatíveis a faixa etária das crianças. É garantida a presença de um profissional na sala de repouso.

### **30.8 A alimentação**

A instituição em pauta será atendida por nutricionista que também acompanhará semanalmente a preparação dos alimentos e a alimentação das crianças. A instituição conta com cozinha e refeitório, devidamente equipado para o atendimento, com qualidade, desse serviço. O serviço de alimentação é garantido a todas as crianças que ficam na instituição em período integral. Ele é composto de quatro refeições diárias, com cardápio equilibrado, prescrito por nutricionista. As refeições serão preparadas com alimentos de primeira qualidade seguindo rigorosamente o cardápio elaborado pela nutricionista. O momento da refeição é importante para a criação de hábitos saudáveis, entre eles o de comer sentado à mesinha ou à cadeirinha. Durante a refeição, cada criança comerá somente de seu prato, utilizando talheres e copos individuais e previamente higienizados. Os alimentos serão servidos em temperatura adequada para a criança.

A equipe diretiva do IPE – Unidade Centro, manterá atenção redobrada com as crianças que permanecem em jornada integral na instituição, para tanto mantém profissionais altamente qualificados e em quantitativo compatível com a legislação, além de profissionais de apoio e equipe de enfermagem.

## **31 - A Educação Especial no IPE – Unidade Centro**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, e orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo a transversalidade da educação especial em todos os níveis, o atendimento educacional especializado, a formação de professores e profissionais da área para o atendimento educacional especializado, a participação da família e da comunidade, e a acessibilidade mobilidade e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

Temos como proposta ser uma instituição inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo educativo e a garantia do acesso e permanência do aluno/criança na instituição. Acreditamos que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO,

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado. (2000, p.17)

A inclusão de alunos/as/crianças com deficiência no Instituto Presbiteriano de Educação implica no redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da instituição, esses já adaptados para acolher e trabalhar com as especificidades desse público. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais de cada aluno/criança.

### **30. OS TEMAS RELEVANTES**

A instituição no decorrer do ano letivo, explora vários temas relevantes. Alguns deles são trabalhados por meio de projetos temáticos, oriundos das necessidades dos (as)

alunos/crianças e outros são propostos por nossa equipe pedagógica para atender as necessidades que nos são apresentadas.

Esses temas serão organizados de forma transversal, incluindo o estudo de Sociologia e Filosofia, Envelhecimento e Valorização do Idoso, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Educação Afetivo-Social, Direitos e Deveres do Consumidor, Drogas, Saúde, Orientação sexual. Essas temáticas serão abordadas no âmbito de todo o currículo educacional, em especial nas áreas de linguagens, códigos e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias.

A instituição, por meio de projetos específicos explorará:

- O combate ao Bullying;
- O Estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- A implementação da Lei 11.645/08;
- A Valorização do idoso.

### 31.1 O combate ao bullying

O bullying é um ato caracterizado pela violência física e/ou psicológica, de forma intencional e continuada, de um indivíduo, ou grupo contra outro (s) indivíduo (s), ou grupo(s), sem motivo claro. Ele está se tornando fenômeno corriqueiro entre os muros dos estabelecimentos escolares. Até pouco tempo, o bullying, era visto como fatos isolados, “briguinhas de criança”, e normalmente família e escola não tomavam atitude nenhuma a respeito.

Ele geralmente é praticado contra alguém que não consegue se defender ou entender os motivos que levam a tal agressão. Normalmente, a vítima teme os agressores, seja por causa da sua aparente superioridade física ou pela intimidação e influência que exercem sobre o meio social em que está inserido.

O **bullying** pode acontecer em qualquer ambiente, como na rua, na escola, na igreja, em clubes, no trabalho e etc. Muitas vezes é praticado por pessoas dentro da própria casa da vítima, ou seja, pelos seus próprios familiares.

As pessoas agredidas pelo **bullying** apresentam alguns sintomas, como:

- distúrbio do sono;
- problemas de estômago;
- transtornos alimentares;
- irritabilidade;
- depressão;
- transtornos de ansiedade;
- dor de cabeça;
- falta de apetite;
- pensamentos destrutivos, como desejo de morrer, entre outros.

A Lei nº 17.696/2012 institui a Semana de Combate ao Bullying e ao Cyberbullying nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica do Estado de Goiás com o objetivo de prevenção e o combate à essas práticas por meio de realização de estudos, palestras e outras atividades ou apresentações de caráter didático e de interação social, devendo o evento ser acompanhado por profissionais especializados e decreta que fica instituída a Semana de Combate ao Bullying e ao Cyberbullying nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica, a ser realizada, anualmente, na primeira semana de abril, sendo:

- I – Educação Básica: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio;
- II – bullying: a prática reiterada e habitual de atos de violência física, verbal ou psicológica, de modo intencional, exercida por indivíduo ou grupo de indivíduos contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir, causar dor ou sofrimento, angústia ou humilhação à vítima, inclusive por meio de exclusão social;
- III – cyberbullying: a prática efetivada por meio da rede mundial de computadores – internet, envolvendo redes sociais, sites ou qualquer outro meio digital, com os mesmos objetivos do bullying.

No IPE – Unidade Centro o bullying não será aceito e, a qualquer atitude que venha a se caracterizar bullying, intervenções serão realizadas pontualmente. Projetos serão desenvolvidos para maiores esclarecimentos sobre a temática, além de filmes, dramatizações e seminários.

### **31.2 O Estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula: A implementação da Lei 11.645/08**

Com a criação da Lei 11.645 na Educação Básica os professores têm a obrigatoriedade não só de trabalhar esses conceitos, mas de criar estratégias para que possa haver uma mudança de princípios e de comportamento por parte dos (as) alunos/crianças que será possibilitada através da articulação dos conteúdos diários com os temas abordados na referida Lei.

Tal estudo será abordado dentro da história, ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Indígenas que fazem parte da cultura brasileira. Acreditamos que é preciso conhecer a cultura, os costumes, as crenças e as influências dessas culturas na cultura brasileira. Compreender é um caminho para combater todas as formas de discriminação e preconceito.

No Instituto Presbiteriano de Educação – IPE Unidade Centro, essa temática é trabalhada na perspectiva da diversidade para que os (as) alunos/crianças reflitam e aprendam:

- a lidar com os aspectos da diversidade, com respeito e solidariedade;
- maneiras de valorizar a diferença pela convivência com seus pares;
- aceitar, promover e valorizar a diversidade social, de gênero, sexual, étnico/racial;
- compreender que a individualidade de cada um deve ser respeitada e, mais do que isso, valorizada;
- respeitar os valores individuais e culturais nos diferentes grupos;
- reconhecer que a escola é um espaço de nosso convívio, de nossas vontades e das nossas formas de ser.

### **31.3 Da valorização do idoso**

A equipe do IPE – Unidade Centro, para além da legislação, compreende a necessidade de explorar essa temática no seu cotidiano pedagógico. Assuntos sobre o idoso no mundo todo deve ser repensada. Por muito tempo ele foi esquecido e muitas vezes desrespeitado em seus direitos.

Segundo citação de Angely Dias da Cunha e Flávia Jaiane Mendes Justino as concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 4)

A equipe da nossa instituição abordará essa temática por meio de projeto específico ou sempre que considerar necessário. Na nossa instituição, trabalhamos para que os (as) alunos/crianças se conscientizem da situação do idoso no mundo e em especial no Brasil e, assim possam respeitá-los e terem um convívio mútuo mais harmonioso. Trabalhamos a temática em pauta em diversos momentos, buscando o envolvimento desse público nas pesquisas, nos eventos comemorativos e em dia específico com a presença dos avós.

### **31. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES**

No convívio no dia a dia educacional pode acontecer ou não a proximidade e empatia. A equipe gestora tem a função principal de liderar a equipe, cujo objetivo é trabalhar em prol de uma educação de qualidade que, segundo LÜCK (2005) a liderança deve ser baseada no bom senso e nas ações democráticas e participativas. A utilização de uma linguagem clara e diálogo que transmite confiança, controle da situação e principalmente respeito ao outro nos parece a chave para o bom relacionamento e a tomada de decisões assertivas.

#### **32.1 - As reuniões pedagógicas e de planejamento**

As reuniões pedagógicas, ao longo do ano letivo, proporcionam momentos de formação e aprendizado, tanto para equipe diretiva como para o corpo docente, com trocas de experiências e esclarecimentos de dúvidas sobre a condução das atividades na

instituição, ao longo do ano letivo. Compreendemos que as reuniões pedagógicas são oportunidades excelentes para debater o currículo e as inovações metodológicas, além de aproximar pessoas que exercem diferentes funções dentro da instituição, por esse motivo, precisa ser cuidadosamente pensada e planejada, com pauta definida e previamente apresentada, para possibilitar a qualificação das discussões e estudos.

Nossa equipe participará das reuniões pedagógicas e de planejamento que deverão acontecer mensalmente, coordenadas pela equipe diretiva da nossa instituição, com registro em Livro Ata.

### **32.2 A formação continuada dos profissionais**

Segundo Freire (1996, p. 25), “[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. No processo de formação continuada, o professor adquire experiência e conhecimento que o transforma na sua maneira de pensar e agir. Para além da exigência legal, nossa equipe compreende a importância desses momentos de reflexão e redimensionamento de nossas práticas.

Consonantes com o artigo 25, parágrafo primeiro da Resolução CME N. 120/2016 destacamos que a proposta de formação continuada da nossa instituição abarcará estudos sobre as especificidades das crianças, considerando as diferenças de classes sociais, de gênero, de etnias, de nacionalidades, inclusive as relacionadas aos grupos itinerantes, indígenas, quilombolas, do campo e as que dizem respeito às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e as com restrições alimentares. Estudos sobre temáticas surgidas do interesse e necessidade dos profissionais também serão contempladas.

A equipe pedagógica e diretiva fará a coordenação da formação continuada, com datas contempladas no Calendário Escolar. As reuniões para essa finalidade serão planejadas e realizadas utilizando metodologias ativas e multimídias, com protagonismo dos profissionais. Para a mediação dos estudos a instituição contará com profissionais capacitados da própria instituição ou via contratação de assessorias, de acordo com a temática a ser estudada.

### **32.3 A reunião com as famílias**

Paro (2003) argumenta que o envolvimento dos pais e alunos na escola auxilia na criação de uma parceria na qual é apontado problemas e sugestões, com uma participação crítica, onde os pais participam e tomam decisões que visam à melhoria do processo de ensino. A criança cuja família se envolve de forma direta no cotidiano escolar tem um melhor desempenho acadêmico.

Acreditamos que assim como as crianças/ alunos, as famílias precisam se sentir acolhidas na instituição. As reuniões com as famílias serão cuidadosamente planejadas com ações e ambiente propício para que os mesmos se sintam úteis e parte integrante desse grupo, buscaremos sempre a valorização das ideias surgidas desta participação e parceria.

Nossa equipe participará das reuniões com pais/responsáveis, que acontecerão bimestralmente, coordenadas pela equipe diretiva da nossa instituição, com registro em Livro Ata.

### **32.4 A Avaliação da Proposta Político Pedagógica**

A avaliação da Proposta Político Pedagógica passa a ter um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia de resultados, sendo vista como acompanhamento e avaliação dos resultados da própria organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2010, p. 32). Na perspectiva proposta pela autora, é possível destacar dois pontos importantes na avaliação da Proposta Político Pedagógica: “primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios a PPP; segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos” (VEIGA, 2010, p. 32).

A possibilidade de avaliar o que deu certo ou não é uma das mais poderosas ferramentas de planejamento. Se as metas forem cumpridas, se as ações periódicas de manutenção têm de continuar a existir, que projetos serão desenvolvidos, todos esses questionamentos podem ser respondidos quando a equipe avalia a PPP. Qualquer proposta exige reformulação, parcial ou total, para melhor resolver os problemas detectados na sua efetivação. Avaliando o que foi possível e o que não foi, nos possibilita rever as prioridades, pois é necessário discernir as relevantes das secundárias.

A Proposta Política Pedagógica é revisitada e alterada sempre que necessário. Ao final de cada semestre o coletivo avalia a PPP e no início de cada ano letivo ela é discutida e refeita. A comunidade educacional será convidada a discutir e posteriormente aprovar a PPP e o Regimento, em reunião específica a essa finalidade, com registro em Livro Ata.

### **32.5 A avaliação institucional**

A equipe do IPE - Centro realizará a avaliação institucional ao final de cada semestre, com todo o coletivo. Esse movimento é fundamental para redimensionar o fazer pedagógico.

No processo de avaliação institucional, será garantida a participação, o acompanhamento e a escuta de todos os profissionais da instituição, das famílias e das crianças/alunos.

Segundo Freitas (2006, p.16):

A avaliação institucional é um processo coletivo que mobiliza a escola toda para os problemas pautados pelas avaliações e reconhecidos pelo coletivo, com vistas a sua superação.(...) um papel importante ao ser uma articuladora entre problemas, ações e compromissos locais da escola e seu vínculo com as demandas do poder público para alicerçar tais ações e compromissos (FREITAS, 2006).

A avaliação institucional tem o objetivo de desvendar/entender a instituição em todos os seus aspectos, aperfeiçoando a prática pedagógica na busca da melhoria da qualidade. É momento de reconstrução e redimensionamento do trabalho a ser desenvolvido. Para ampliar a participação da comunidade educacional, utilizaremos instrumentos variados tais como questionários, reuniões, sugestões escritas e verbais dentre outras.

### **32.6 Calendário Escolar 2021**

O Calendário Escolar 2021 prevê 200 (duzentos) dias letivos, com no mínimo de 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, conforme a Lei nº 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e conforme orientações dos órgãos de saúde e educação, em função da pandemia da Covid 19, o reinício das atividades em 2021 será no formato híbrido e se for determinado pelos órgão da saúde e educação, no formato remoto:

1. A instituição definirá as férias e o recesso previsto em lei e nas convenções

- sindicais para o professor regente;
2. As Reuniões de Pais e de Conselhos de Agrupamento serão realizadas, a critério da instituição, após as avaliações de cada trimestre letivo, de acordo com o Calendário Escolar;
  3. As Reuniões de Pais e de Conselhos de Classe serão realizadas, a critério da instituição, após as avaliações de cada bimestre letivo, de acordo com o Calendário Escolar;
  4. Os dias destinados a Reunião de Pais e de Conselhos de Agrupamento/Classe são contados como letivos, quando tiver a participação efetiva dos pais e alunos (presencial ou remota);
  5. As Reuniões Pedagógicas e de formação dos profissionais, serão realizadas bimestralmente, de acordo com o Calendário Escolar;
  6. O Planejamento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano será realizado no início do ano letivo e constará no Calendário Escolar;
  7. Dias das Atividades Escolares compreendem os dias letivos e de atendimento ao público;
  8. As comemorações referentes ao Dia das Mães e Dia dos Pais serão consideradas como letivos, bem como eventos em geral que contam com a participação das crianças e dos alunos;
  9. A Proposta Político Pedagógica será revista e reelaborada em janeiro, ou sempre que se fizer necessário, como também o Planejamento Anual para o ano seguinte, em data a ser decidida na última reunião do 4º Bimestre e será comunicada aos pais.
  10. A definição dos dias de Reuniões e Planejamentos acontece em janeiro na 1ª Reunião entre Corpo Administrativo e Docente da nossa instituição.
  11. O período de matrícula ocorre a partir do mês de novembro e se encerra à medida que as turmas completem o quantitativo legal previsto nas resoluções do CEE de Goiás e do CME de Goiânia.

### **33. Protocolos de reinício das atividades 2021, de forma híbrida**

Em atendimento ao Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás, a equipe diretiva do Instituto Presbiteriano de Educação reitera que cumpriu todas as orientações de segurança, sendo:

a) **Medidas de biossegurança institucionais**

- Seguir os protocolos de biossegurança da instituição escolar, de acordo com orientações da Saúde/Vigilância Sanitária Municipal e/ou Estadual.
- Divulgar as orientações sobre o uso correto de máscaras e medidas de prevenção ao contágio, conforme orientação da autoridade sanitária.
- Garantir adequada comunicação visual de proteção e prevenção de risco à COVID-19.
- Disponibilizar produtos para a higienização.
- Observar os protocolos de higienização, preparação, consumo de alimento e descarte de lixo nas instituições escolares.
  - Disponibilizar termômetro, álcool 70% e preparação alcoólica a 70% para a unidade de ensino.
- Manter os ambientes arejados por ventilação natural (portas e janelas abertas) sempre que possível.
- Considerar as áreas abertas na instituição escolar como opção de espaços a serem utilizadas para ampliar e comportar grupos de estudantes (quadra, pátio, parque, horta, área verde etc.).
- Realizar, sempre que possível, reuniões, eventos, aulas e atendimentos de forma remota.
- Organizar as equipes para trabalhar de forma escalonada, com medida de distanciamento social.
- Fazer o escalonamento de horário de início das atividades, intervalos e fim, sempre que possível.
- Disponibilizar laboratórios de informática, respeitando o distanciamento e com rigorosa higienização do ambiente, para utilização dos estudantes que não possuam acesso à internet ou computadores.
- Organizar a estrutura operacional da instituição para que os alunos e colaboradores/funcionários/servidores se mantenham a uma distância de 1,5 metros

entre eles, especialmente alunos e professores, em todas as atividades educacionais presenciais.

- Adotar medidas de redução de acesso e circulação desnecessária de colaboradores, professores, familiares, fornecedores e comunidade nas áreas comuns dos estabelecimentos.
- Proibir a formação de rodas de conversas presenciais.

#### **b) Medidas de prevenção individuais**

Todos os funcionários, colaboradores, alunos devem adotar as medidas de biossegurança e não compartilhar produtos de uso pessoal: copos, garrafas, canetas, entre outros.

#### **c) Orientações gerais**

- Orientações quanto ao uso das máscaras;
- Orientações quanto às regras de etiqueta respiratória;
- Orientações para correta higienização das mãos;
- Orientações para aferição da temperatura;

#### **d) Medidas de prevenção para os alunos:**

- Seguir todas as recomendações de biossegurança, quanto ao distanciamento social indicado, regras de etiqueta respiratória, uso adequado e obrigatório de máscara de proteção facial, higienização correta das mãos.
- Não realizar cumprimento com aperto de mãos, beijos ou abraços.
- Respeitar o distanciamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) entre você e outra pessoa.
- Manter o cabelo preso e evitar usar acessórios pessoais, como brincos, anéis e relógios.
- Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritórios, livros e afins.
- Levar máscaras extras e embalagens para acondicionar as máscaras usadas.

- Se possível, ter recipiente com preparação alcoólica a 70%, de uso individual, para higienização das mãos.
- Levar seu próprio recipiente para armazenar água.
- Caso apresente algum sintoma respiratório ou sintomas sugestivo da COVID19, ou tenha algum contactante familiar com sintomas, não ir a instituição escolar.
- Entrar em contato com o coordenador responsável e informar as condições e proceder com orientações indicadas para caso suspeito ou confirmado. A instituição adaptou uma sala para atendimentos de enfermagem, bem como realizou a contratação de profissionais da área, para atendimento emergencial à alunos e profissionais da educação da instituição.

**e) Casos suspeitos ou com prováveis sintomas detectados na instituição**

- Se o caso suspeito for uma criança ou um aluno, acionaremos os contatos de emergência para informar e orientar sobre a necessidade de ficar em observação e de se manter em isolamento domiciliar e procurar atendimento médico para avaliação e investigação diagnóstica. A criança/aluno será afastado a partir da data de início dos sintomas.
- Se o caso suspeito for trabalhador ou colaborador da instituição, deve ser orientado quanto, a necessidade de procurar atendimento médico para avaliação e investigação diagnóstica, às políticas de licença médica, e serem afastados de acordo com o caso, se síndrome respiratória ou síndrome respiratória aguda grave - SRAG, ressalvada a possibilidade de teletrabalho.

## REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. Interações ou Brincadeiras? Afinal o que é mais importante na educação infantil? E o ensino como fica? In: ARCE, Alessandra (org). Interação e Brincadeiras na Educação Infantil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

ARIES, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARBOSA Maria Carmem Silveira. Mia Couto e a educação de crianças pequenas: alteridade, arte e infância. Revista Eletrônica de Educação, V. 9, n. 2, p. 485-518, 2015.

\_\_\_\_\_, Maria Carmem Silveira. Por amor & por força: rotinas na educação infantil. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas2000.

\_\_\_\_\_, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

\_\_\_\_\_. Praticar Uma Educação Para a Diversidade no Dia-a-dia da Escola de Educação Infantil. In: MENESES, Mireila de Souza e FRANCISCO, Denise Arina (org.). Reflexões sobre as Práticas Pedagógica - Novo Hamburgo: Feevale, 2009

\_\_\_\_\_M Carmen; RICHTER, Sandra Regina. Campos de Experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo. In: Finco, Daniela; BARBOSA, M Carmen; FARIA, Ana L. G.; (orgs.) Campos de Experiência na Escola da Infância. Contribuições italianas para inventar um currículo de Educação Infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015. P. 185 - 198.

BRASIL Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 12 de ago. 2014.

\_\_\_\_\_. 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5. Brasília, Ministério da Educação.

\_\_\_\_\_. 2012. Lei nº 17.696/2012 que instituiu a Semana de Combate ao Bullying e ao Cyberbullying

\_\_\_\_\_. 2013. Resolução nº26 de 17 de junho de 2013 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

\_\_\_\_\_. 2015. Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

\_\_\_\_\_. Bebês como leitores e autores/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica-I. Ed. Brasília: MEC/SEB, 2016. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; V.5)

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Diário Oficial da União, 2009, Seção 1.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD/ME, 2004.

\_\_\_\_\_. LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC/SEB; UFRGS, 2009. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil; consultora Maria Carmen Silveira Barbosa. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=134\\_53&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134_53&Itemid=)>. Acesso em: 16 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p. : il.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 15/17. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB; UNESCO, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução nº26 de 17 de junho de 2013: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Coordenadoras Maria Malta Campos; Fúlvia Rosemberg. Brasília: MEC, SEB, 6. ed., 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de concepções e orientações curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a Educação Infantil. Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Disponível em: . Acesso em 11 março 2019. Brasília: MEC/SEB, 2009c.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: < <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf> >. Acesso em: 16 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 Dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13010 DE 26/06/2014 Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. MEC/SEF/DPE/CEDI. Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

CARVALHO Educação Inclusiva: com os pingos no "is". Porto Alegre, RS: Mediação, 2004.

\_\_\_\_\_, Rosita Edler. Removendo Barreiras para aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1.144.

FINCO, Daniela & OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Pequena Infância e a Diversidade de Gênero e de Raça nas Instituições de Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de & FINCO, Daniela (orgs). Sociologia da Infância no Brasil. Campinas SP: Autores Associados, 2011.

\_\_\_\_\_, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (organizadoras). Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015. Disponível em . Acesso em 10 de março de 2016.

\_\_\_\_\_, Daniela & OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Pequena Infância e a Diversidade de Gênero e de Raça nas Instituições de Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de & FINCO, Daniela (orgs). Sociologia da Infância no Brasil. Campinas SP: Autores Associados, 2011.

FREIRE A educação na cidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(a).

\_\_\_\_\_. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).

\_\_\_\_\_, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS "Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática". Tese de livre-docência. Campinas, Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_, L.C. Entrevista – Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, ano IV, nº 10, p. 15-17, 2006

\_\_\_\_\_, Luiz Carlos. "Organização do trabalho pedagógico". Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In Autonomia da escola: princípios e propostas. Série Guia da Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GEERTZ C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

\_\_\_\_\_, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989

GOIÂNIA, Conselho Municipal de Educação. Resolução CME N. 120/2016, Goiânia/2016

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Documento Curricular para Goiânia: Educação Infantil, V.1. 2019.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação. Documento Curricular da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação. Infâncias e Crianças em Cena: por uma política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Goiânia. Goiânia: SME, DEPE, DEI, 2014.

\_\_\_\_\_, LEI Nº 9159, DE 23 DE JULHO DE 2012. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.

\_\_\_\_\_, Conselho Municipal de Educação. Sistematização da Proposta-Pedagógica. Goiânia: DIE, 2014.

GOIÁS, Resolução CEE N. 03 de 16 DE FEVEREIRO DE 2018. Estabelece as diretrizes curriculares para as etapas e modalidades da Educação Básica no Estado de Goiás e procedimentos para credenciamento e recredenciamento, autorização e renovação de autorização.

\_\_\_\_\_, Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. Documento Curricular para Goiás: Educação Infantil, V.1. 2018.

\_\_\_\_\_. Parecer do Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Estado de Goiás (GTEI-GO) ao documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Segunda Versão. 03 de agosto de 2016. Disponível em: <https://forumgoianoei.files.wordpress.com/2016/09/parecer-bncc2c2baversc3a3o.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2018

GUIMARÃES, Daniela. Relações entre Bebês e Adultos na Creche: o Cuidado como Ética. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, Daniela. Interações Sociais na Educação das Crianças de 0 a 3 anos. Porto Alegre, RS: Grupo A, Revista Pátio Educação Infantil, Nº 54 Jan/mar 2018.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível reflexivo sobre a criança. Porto Alegre. Mediação. 1998.

HORN, M. G. S. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.

HORNBURG, N. & SILVA, R. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol. 3, nº. 10, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. In: Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, 1., 2010. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG/MEC, nov. 2010.

KONDER, Leandro A Construção da proposta pedagógica do SESC Rio. Rio de Janeiro: Editora SENAC (2000).

KRAMER, S. Subsídios para uma política de formação do profissional da educação infantil: uma síntese. Brasília: Ministério da Educação, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma. Bolhinhas de Sabão.... In: (Org.) ROSSETIFERREIRA, Maria Clotilde; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília. Os Fazeres na Educação Infantil. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007

\_\_\_\_\_, Suelly Amaral. Ensinar e aprender a linguagem escrita na perspectiva histórico-cultural. Psicologia Política, V.10, n. 20, pp.329-343, jul – dez. 2010.

\_\_\_\_\_, Ana Maria. A construção da identidade na infância. In MALLO, Ana Maria. (org.) O Dia a Dia das Creches e pré-escolas: crônicas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MORAN, J.M. Metodologias Inovadoras com Tecnologias. Entrevista a João Matar. Disponível em: Acesso em: 13 abr. 2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Jogo de papéis: um olhar para brincadeiras infantis/ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, Zilma de Moraes Ramos. Campos de Experiências: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil / Ministério da Educação. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

Ortiz, Cisele. Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar: uma única ação/ Cisele Ortiz, Maria Teresa Venceslau de Carvalho, Josca Ailine Baroukh, coordenadora; Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves, organizadora. –São Paulo: Blucher; 2012.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - LÍNGUA PORTUGUESA. Brasília: Secretaria de educação Fundamental / MEC, 1997.

PARO, Vitor Henrique; Qualidade do ensino: A contribuição dos pais. São Paulo: xama, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMES, A. I. Pérez (Orgs.). Compreender e transformar o ensino. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 9117

\_\_\_\_\_, O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_, Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAVIANI, A pedagogia no Brasil: histórias e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008a.

\_\_\_\_\_. Escola e democracia. Ed. Comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b.

\_\_\_\_\_. História das ideias pedagógicas no Brasil– Campinas SP: Autores associados, 2007. – (Coleção memória).

\_\_\_\_\_. Pedagogia histórico - crítica primeiras aproximações. – 9ª ed. Campinas SP: Autores associados, 2000

\_\_\_\_\_, Dermeval, Escola e democracia. – 8ª ed. Campinas SP: Autores associados, 1985.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: Aspectos cronológicos, biológicos e sociais. Estudos de Psicologia, Campinas, ano 25, n. 4. 2008.

SILVA, Ana Lucia Ferreira. Políticas para a ampliação da jornada escolar: estratégia para a construção da educação integral? São Paulo: s.n, 2014. 258 f. Tese (Doutorado).

SIQUEIRA, Romilson Martins. Do silêncio ao protagonismo: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança. In: 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2012, Porto de Galinhas - PE. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-2442\\_int.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-2442_int.pdf). Acesso em: 03/10/2018.

SMOLE, Kátia Stocco (org.); DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOARES, Magda. Português: uma proposta para o letramento. São Paulo: Moderna, 1999.

TOASSA, Gisele. Emoções e vivências em Vigotski. Campinas: Papyrus, 2011.

\_\_\_\_\_. Gisele. Uma definição indefinida: contribuições recentes ao conceito de vivência na psicologia vigotskiana.

VARGAS, L. A. A dança com alma de criança. In: CUNHA, S. R. et al (Orgs.). As artes no universo infantil. Porto Alegre: Mediação, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

\_\_\_\_\_, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 1998.

\_\_\_\_\_, Celso. Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v.n.61, p.267-281, dezembro 2003. Disponível em [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)

\_\_\_\_\_, Ilma P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

VIGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, L. S. et al. Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

\_\_\_\_\_, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. . Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 5 ed. São Paulo: Ícone Editora, 1994. 228 p

\_\_\_\_\_, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_, Lev. S. A Formação Social da Mente. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1991

\_\_\_\_\_. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/ L.S. Vigotski; Organizadores Michael Cole...[et al.]; trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Obras escogidas. Madrid: Visor; MEC, 1995. v.3, p.11-340. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.

\_\_\_\_\_, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WESTON, Denise Chapman. Aprender brincando: atividades divertidas para construir o caráter, a consciência e a inteligência emocional das crianças/Denise Chapman Weston e Mark S. Weston; [ tradução Marcos Vianna Van Acker].-São Paulo:Paulinas, 2000.

ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998, 288 p.